

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

AYLYN LUZENTE FREIRE

VISITANDO A ORIGEM DO URBANO E A DIVISÃO DE GÊNERO

Apropriação privada do espaço, relações de trabalho e produção da violência a partir
de leituras da modernidade ocidental

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

2020

AYLYN LUZENTE FREIRE

VISITANDO A ORIGEM DO URBANO E A DIVISÃO DE GÊNERO

Apropriação privada do espaço, relações de trabalho e produção da violência a partir de leituras da modernidade ocidental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Geografia.

Orientadora:

Prof. Dra. Tatiana Tramontani Ramos

Campos dos Goytacazes-Rj

2020

Dedico esse trabalho os meus pais, Doralice e Sergio, por todo apoio, suporte e amor que sempre me proporcionaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar força, proteção e me conduzir até este caminho. Quero agradecer também aos meus pais Doralice Luzente e Sergio Freire por todo apoio, carinho e por todo esforço que fizeram para que eu pudesse chegar a esse momento. Obrigada por acreditarem em mim e na minha jornada.

Agradeço ao meu companheiro Luis Claudio Caetano por estar ao meu lado em todos os momentos da construção deste trabalho, me ouvindo e me dando apoio. Obrigada por tanto afeto e companheirismo me motivando a dar o meu melhor.

A família, pela energia positiva, por todo carinho e cuidado que tiveram comigo mesmo distantes. Um agradecimento especial a minha tia Adelaide Luzente que é como uma segunda mãe. Obrigada por toda ajuda e incentivo durante minha graduação.

Aos amigos que me ajudaram nos momentos de dificuldade e que contribuíram para um trabalho melhor. Obrigada pelo apoio de vocês e por me ouvirem. Agradecimento em especial a Marcelle Mello, Karina Junqueira, Yasmin Pimenta e Kesia Willemen.

Agradecimento em especial a minha orientadora Prof. Dra. Tatiana Tramontani. Obrigada por construir esse trabalho comigo, por toda orientação e por acreditar em mim e no trabalho. Foi uma honra ser sua orientanda.

Você pode me inscrever na História
Com as mentiras amargas que contar,
Você pode me arrastar no pó
Mas ainda assim, como o pó, eu vou me
levantar.

Minha elegância o perturba?
Por que você afunda no pesar?
Porque eu ando como se eu tivesse poços
de petróleo
Jorrando em minha sala de estar.

Assim como lua e o sol,
Com a certeza das ondas do mar
Como se ergue a esperança
Ainda assim, vou me levantar

Você queria me ver abatida?
Cabeça baixa, olhar caído?
Ombros curvados com lágrimas
Com a alma a gritar enfraquecida?

Minha altivez o ofende?
Não leve isso tão a mal,
Porque eu rio como se eu tivesse
Minas de ouro no meu quintal.

Você pode me fuzilar com suas palavras,
E me cortar com o seu olhar
Você pode me matar com o seu ódio,
Mas assim, como o ar, eu vou me levantar

A minha sensualidade o aborrece?
E você, surpreso, se admira,
Ao me ver dançar como se tivesse,
Diamantes na altura da virilha?

Das chochas dessa História escandalosa
Eu me levanto
Acima de um passado que está enraizado
na dor
Eu me levanto

Eu sou um oceano negro, vasto e
irrequieto,
Indo e vindo contra as marés, eu me
levanto.
Deixando para trás noites de terror e
medo
Eu me levanto

Em uma madrugada que é
maravilhosamente clara
Eu me levanto
Trazendo os dons que meus ancestrais
deram,
Eu sou o sonho e as esperanças dos
escravos.

Eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto!

Maya Angelou

Ainda Assim Eu Me Levanto – “Still I’ Rise”

RESUMO

O espaço urbano da cidade é vivido e experienciado de forma distinta pelas pessoas que o compõe. Isso decorre das diferenças sociais e individuais que cada pessoa e grupamento social carrega consigo ou que foi imposta a elas. Assim, é necessário analisar o espaço urbano e sua conjuntura a partir de três categorias balizadoras para sua análise: O gênero, a raça e a classe social que cada indivíduo possui dentro do espaço urbano capitalista. Nesse sentido, mulheres e homens vivenciam o espaço urbano de forma diferente assim como os grupos étnico-raciais e as classes sociais. Portanto, o trabalho buscou analisar a produção do espaço urbano e a relação da mulher com o mesmo dentro do contexto da instituição patriarcal e capitalista da sociedade. E assim, analisar os elementos constitutivos para refletir a mulher como condição da reprodução do capitalismo, pensando a sua relação com o trabalho e a produção da violência construída ao longo do processo de constituição da cidade capitalista. Nesse sentido, pensar o papel da mulher na sociedade capitalista e no espaço urbano. Mediante a isso, foi feito um levantamento sistemático através de pesquisa bibliográfica colocando em convergência o pensamento de diferentes autores para trabalhar o tema. Desse modo, a pesquisa evidenciou processos embutidos na sociedade como o machismo, a segregação espacial e de renda e o racismo presente na formação da sociedade capitalista.

Palavras-Chaves: Gênero, Espaço urbano, Patriarcado, Capitalismo.

ABSTRACT

The urban space of a city is lived and experienced in a distinct manner by each person who composes it. This is a consequence of social and individual differences that each person and social group carries with themselves or that has been imposed to them. Therefore, it is necessary to analyze the urban space and its conjecture from three defining categories: the gender, race and social class of each individual has within the capitalist urban space. In this sense, women and men experience urban space differently as well as ethnic-racial groups and social classes. Consequently, this work aims to analyze the urban space's production and the relation between women and this urban space within the context of the society's patriarchal capitalist institution. Furthermore, this work will examine the constitutive elements in order to reflect women as a condition for the reproduction of capitalism, thinking their relationship with work and the violence reproduction built up throughout the process of constituting this capitalist city. Moreover, it works forward to analyzing women's social role in the capitalist society. As a result, a systematic survey was carried out through bibliographic research, converging different authors' thoughts to work on the topic. Thus, the research displayed processes embedded in society such as sexism, spatial and income segregation, and racism present on the basis of the formation of the capitalist society.

Key-words: gender, urban space, patriarchy, capitalism

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1 - A PROPRIEDADE E A ORIGEM DA FAMÍLIA MODERNA	12
1.1. Os bens comuns, os bens privados e a monetarização das relações de troca.....	12
1.2. Produção (valor) e reprodução (social)	14
1.3. O controle da natureza e do corpo feminino, a criação de subjetividades e a violência	17
Capítulo 2 - O ESTADO E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	24
2.1. Cercamentos e privatização do espaço: esfera ampliada e restrita de reprodução da vida.....	24
2.2. Trabalho produtivo e “trabalho improdutivo”	26
2.3. Trabalho assalariado e o trabalho doméstico: a casa e a rua	29
Capítulo 3 - CLASSE, GÊNERO E RAÇA ONTEM E HOJE	35
3.1. Expansão das relações de classe, gênero e raça a partir da colonização e transição capitalista no mundo	35
3. 2. Resistências femininas à exploração e à degradação ambiental: A partir da análise de classe, gênero e raça.....	44
3. 3. A violência urbana em uma perspectiva interseccional.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
Bibliografia.....	62

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu da necessidade de compreender a relação que a mulher branca e não branca desenvolve com o espaço urbano da cidade a partir da sua experiência diária dentro de uma sociedade organizada pelos princípios da instituição patriarcal e capitalista. A sociedade é construída de modo a se estruturar para um determinado agrupamento social e favorecê-lo. As mulheres vivenciam a cidade edificada nas bases capitalista e patriarcal e por isso sua experiência com a cidade é atravessada pelo fator gênero, classe e raça. Além disso, a conformação histórica que possibilitou o desenvolvimento de dois espaços para as mulheres, a casa e a rua, transformou a relação da mulher com o espaço urbano da cidade.

A busca para entender as formas de opressão e exploração que a mulher branca e não branca sofrem, paralelamente ao desenvolvimento do capitalismo e conseqüentemente com a estruturação do espaço urbano. As formas que elas encontram para vivenciar a cidade dentro desse contexto fomentaram a pesquisa de modo a ser desenvolvida através de um levantamento sistemático por meio do método de pesquisa bibliográfica. Dessa maneira, a pesquisa propõe analisar e refletir as condições criadas ao longo da história do capitalismo e da instituição patriarcal que conduzem à submissão, exploração e opressão das mulheres brancas e não brancas, levando em consideração o recorte de raça e de classe, no contexto da cidade e a relação da mulher com o espaço urbano.

É de extrema importância compreender como a *naturalização* dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como dos brancos, a dos heterossexuais e dos ricos. (SAFFIOTI, 1987, p. 11)

Além disso, a pesquisa se propõe a verificar o lugar em que as mulheres foram colocadas dentro de uma sociedade construída sobre bases capitalista, patriarcais e racistas e seu papel social nesse contexto. Pois, acredita-se que os papéis de gênero e de raça desempenham funções importantes para a sustentação

e manutenção da sociedade capitalista. Sendo assim, a pergunta que norteou a investigação foi: qual seria o papel das mulheres, em suas diferentes experiências de classe e raça, na produção da cidade capitalista?

E tentando responder essa questão é que foi delimitado o recorte do levantamento bibliográfico, de modo a refletir o pensamento de diferentes autores, no campo do pensamento crítico, tais como Friedrich Engels, Silvia Federici, Angela Davis e outras autoras como Joseli Maria Silva, Gillian Rose, Liz Bondi e Margo Hulex e Hilary P. M. Winchester que irão discutir gênero, classe e raça e o espaço urbano.

Desse modo iniciamos com o pensamento de Friedrich Engels importante para o trabalho na medida em que o autor discute elementos balizadores do ser-estar feminino no espaço-tempo capitalista: a propriedade privada, o Estado e a família burguesa. Recorremos a Engels para estabelecer a relação da mulher com o Estado, a partir das três esferas, a raça, o gênero e a classe, algo que também será identificado a partir dos conceitos de *interseccionalidade* e *consustancialidade*, conforme definições propostas respectivamente por Kimberle Crenshaw e Danièle Kergoat (2010).

Angela Davis, assim como as anteriores, no campo do pensamento crítico das feministas negras foi decisiva para o trabalho através do estabelecimento da relação entre raça e classe necessárias para compreender a diferença de exploração e opressão dentro da categoria de gênero.

Silvia Federici relaciona a caça às bruxas ocorrida na Europa e nas colônias com a perseguição das mulheres enquanto um projeto político para inferiorizar e desvalorizar as mulheres durante a construção da sociedade capitalista. O trabalho da autora se mostra necessário para construção da relação entre a transformação da sociedade e seu projeto político e a situação das mulheres durante o desenvolvimento da sociedade capitalista, desencadeando até os dias atuais através da prática de exploração e opressão que ocorrem contra as mulheres brancas e não brancas.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver

cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem. (SAFFIOTI, 1987, p. 8)

Portanto, o trabalho busca unir os debates sobre capitalismo, patriarcado e racismo e a luta de libertação das mulheres, ao sentimento de medo e à violência que afetam a mulher na cidade hoje, pois entendemos que esses sistemas agem em conjunto para a exploração e opressão das mulheres brancas e não brancas e que, de fato, é possível haver mudanças no comportamento social imposto aos sexos. Assim o trabalho pode contribuir com a análise geográfica sobre o assunto.

Dessa maneira, a contribuição geográfica do trabalho consiste em refletir a produção do espaço, a partir desses mecanismos de opressão em nossa sociedade. Isto é, através do olhar geográfico acerca da relação da mulher com a cidade sendo ela atravessada pelo machismo e pelo patriarcado, pelo capitalismo e seu sistema de classes e pelo racismo estrutural presente na sociedade constituída.

Capítulo 1 - A PROPRIEDADE E A ORIGEM DA FAMÍLIA MODERNA

A análise da instituição familiar proposta por Fredrich Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, como uma “unidade econômica” em que a família, dentro da sociedade de classes, incorpora a lógica de produção, é importante para compreender a relação social que a mulher criou com o trabalho e com o espaço, pois é na esfera familiar/ privada do lar que se produzem e reproduzem as questões sociais, havendo um movimento de troca entre o espaço público e o privado na constituição desses papéis sociais. Dessa forma, entender como a origem desta “unidade econômica” foi constituída se torna o primeiro passo para chegar às formas de exploração e opressão em que a mulher sofre hoje de forma já *naturalizada* pela sociedade e que transforma o espaço vivido por elas de acordo com suas relações sociais.

Todavia, a propriedade privada relacionada ao desenvolvimento da família monogâmica e patriarcal é um importante fator de análise visto que a partir da privatização de um determinado espaço as formas de sociabilidade foram alteradas modificando a sociedade e atendendo a interesses da lógica capitalista, nesse sentido a mulher enquanto parte integrante e atuante da sociedade teve a sua função social deslocada para servir à lógica capitalista.

1.1. Os bens comuns, os bens privados e a monetarização das relações de troca

A monogamia instaurou a família moderna como instituição dominante no processo de civilização, deixando para trás outras formas comunais de relações familiares. Na medida em que o processo de institucionalização da família monogâmica vai sendo estruturado, ao mesmo tempo, outras formas de socialização vão sendo criadas. A propriedade privada relaciona-se ao processo de institucionalização da família patriarcal monogâmica moderna como forma de repasse de bens, sendo esta família criada e usada para transferir propriedades e heranças através de gerações. Nesse sentido, é necessário pensar o papel da

mulher dentro dessa teia que vai sendo traçada entre família e a propriedade privada e as relações monetárias envolvidas.

Segundo Engels (2017) com o aumento da riqueza gerada na família, o homem via a necessidade de incorporar sua linhagem na transferência de herança por gerações. Na família pré-monogâmica, a linhagem era passada através da mulher, pois não era possível afirmar com certeza quem era o pai da criança. Essa base familiar dava à mulher reconhecimento e liberdade dentro de um sistema de economia doméstica comunal. Nesse sentido, o maior passo para a modificação de todo um sistema existente para outro foi concluído a partir da substituição do direito materno para o paterno, como forma de passar a riqueza (bens e propriedade) gerada pelo homem para seus filhos.

A derrocada do direito materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. (ENGELS, 2017, p. 78)

A perda desse direito acarretou para as mulheres, não apenas a perda de linhagem, mas toda uma forma de submissão e exploração que a partir desse momento iria recair sobre as mulheres. Após a perda do direito materno o sistema monogâmico entra como forma de controle do corpo da mulher. O homem agora passa a controlar, através do casamento, o corpo da mulher, tida como sua propriedade, bem como seus filhos e terras. Sendo assim, a nova família monogâmica e patriarcal subjuga o sexo feminino ao masculino e “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre homem e a mulher para a procriação de filhos.” (MARX e; ENGELS, 1846 apud ENGELS, 2017, p. 89)

Na sociedade pré-industrial, as mulheres trabalhavam em casa contribuindo economicamente para a família, elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, conforme salienta Davis (2016). A socialização da produção no contexto familiar, ainda era possível antes da industrialização, a pesar da sociedade ser patriarcal e machista desde a institucionalização do casamento na família monogâmica, como abordado por Engels, (2017). A chegada da industrialização reforça o patriarcado e o machismo já existentes, retirando a produção e sua força

produtiva do contexto doméstico e levando para a indústria. Nesse sentido, a natureza produtiva dos bens é deslocada e os bens produzidos pelas mulheres restringidos ao valor reprodutivo.

Para pensar as formas de opressão e exploração que as mulheres sofrem hoje é importante olhar e compreender a origem dessas opressões e explorações ocorridas no passado. Segundo Delphy (2015), para sobreviver, toda sociedade deve criar bens materiais e seres humanos. Nesse sentido, a mulher é oprimida e explorada tanto na produção quanto na reprodução social. Na produção, o trabalho doméstico gratuito da mulher é absorvido pelo homem e pela produção capitalista, na reprodução, o corpo da mulher é apropriado pelo marido na sociedade patriarcal e pelo Estado através do seu controle reprodutivo e exploração sexual.

A análise dos bens materiais produzidos pelas mulheres e seu deslocamento é necessária para compreender uma das formas de opressão imposta às mulheres. Os bens materiais necessários a todas as sociedades, como afirma Delphy, ao serem deslocados do contexto doméstico instauram uma opressão de modo a deslocar as mulheres das forças produtivas e colocá-las submissas a essas forças e ao homem, pois “as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo”, Davis (2016).

A mudança ocorrida durante o período de industrialização na Europa afetou diretamente as mulheres que, se antes já eram presas a casa como trabalhadoras domésticas, nesse momento passam de trabalhadoras domésticas para “donas de casa” desprovidas de força produtiva. A gratuidade do seu trabalho foi naturalizada, pois o sustento da família não é mais produzido em casa, mas sim na indústria, na rua.

1.2. Produção (valor) e reprodução (social)

É também a partir da criação da instituição da família patriarcal monogâmica que surge a diferenciação entre produção e reprodução, segundo Engels (2017). Para o autor, nesse momento, a produção de mercadoria passa a ser agregada a valor e a reprodução vista como forma social da propagação da nova dinâmica

instituída. Cabe ao homem a produção para o sustento da família e a mulher a (pro)criação dos filhos, o cuidado do lar e o consumo da produção, desempenhando o papel da reprodução nesse novo sistema, segundo o mesmo autor. Nesse sentido, a produção de mercadorias e a reprodução social, foram divididas economicamente. O primeiro é aquele que possui valor econômico, ou seja, produz riqueza; extrai mais-valia para a acumulação capitalista. Enquanto o segundo, a reprodução social, é aquele ligado a reprodução da força de trabalho, portanto não gerara riqueza para o sistema capitalista.

Engels (2017, p.98), afirma que na antiga economia doméstica comunista a direção do lar confiada às mulheres, era uma indústria pública e socialmente necessária quanto à obtenção de alimentos, de que estavam encarregados os homens. O cenário passa a mudar com a nova família patriarcal, em que o trabalho da mulher dentro de casa e nos serviços domésticos foi visto como contribuição ao trabalho do homem e por tanto de menor importância. Agora a mulher passa a ficar escrava da casa, do marido e dos filhos e subordinada ao papel da reprodução. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário. (ENGELS, 2017, p. 98).

A produção de mercadorias fez com que a produção, antes compartilhada com outras famílias, agora se tornasse individual. “Aquilo que era feito e utilizado em comum, era propriedade comum: a casa, a horta, a canoa.” (ENGELS, 2017, p.198). A partir da propriedade individual da terra, a produção passa a pertencer à propriedade privada e ao homem, a mulher nesse momento foi excluída da propriedade e da força de produção, ficando apenas encarregada do consumo. Além disso, a mulher, ao ser excluída como força produtiva, perde seu valor, na medida em que o valor passa a estar agregado à produção de mercadoria e não ao trabalho. Engels (2017, p. 202) aponta que “a mulher só conseguirá sua emancipação quando ela puder tomar parte, em escala social, dos meios de produção e o trabalho doméstico destinado a ela ocupar um grau insignificante”.

O aumento do excedente acarretou em desenvolver novos laços sociais, como aumento da força de trabalho, e que logo abre caminho para a entrada do dinheiro na nova dinâmica social. Toda a ordem social passa a ser envolvida pela

monetização das relações de troca, onde só tem valor e poder aquilo que pode ser trocado por dinheiro, segundo o mesmo autor.

A lógica do dinheiro ao entrar e dominar a sociedade que estava sendo construída passa a alterar toda uma cadeia de relações sociais já existentes. Para Engels (2017) o aumento da riqueza acarretou em diferenças monetárias entre as famílias que produziam mais ou menos, e desmanchou as antigas comunidades domésticas comunalistas. Dessa forma, a diferença na produção e da produtividade do trabalho desenvolveu entre as famílias diferença social e passou a dividir a nova sociedade em classes. A família individual começou a assumir o papel de unidade econômica da sociedade. (ENGELS, 2017, p. 204)

Nesse sentido, a separação entre os bens comuns e os bens privados é realizada através da separação entre produção e reprodução e pela divisão social do trabalho que esvaziou de sentido o trabalho da mulher na economia doméstica. A retirada de poder social e econômico da mulher na família, aliada ao processo de privatização das relações e atividades, levou a uma exclusão das mulheres da produção e também a setorização da vida. Se na antiga economia doméstica a família era uma unidade econômica na qual a mulher tinha seu trabalho produtivo e reprodutivo aliado ao trabalho do homem para a realização da produtividade econômica da família, com a passagem dos bens comuns produzidos pelas famílias e bairros, dentro de um contexto de sociabilidade da produção para os bens privados, a família é esvaziada, no seu sentido de produção econômica, com a entrada da lógica capitalista de produção em que a privatização dos espaços (casa) e atividades (trabalho) comuns é necessária para sua reprodução. Porém, vale salientar que a família não foi esvaziada no seu sentido moral e por esse motivo a função de provedor recai sobre o homem com a exteriorização da produção, mas a reprodução da vida continua sob a responsabilidade da mulher, com um trabalho não pago e não-produtivo, conseqüentemente, moralizante e opressor. Deste modo, constitui-se a opressão do patriarcado.

Na sociedade industrial, a ordem social passa a ser envolvida pela monetização das relações de troca, onde só tem valor e poder aquilo que pode ser trocado por dinheiro. A lógica do dinheiro ao entrar e dominar a sociedade que

estava sendo construída passa a alterar toda uma cadeia de relações sociais já existentes. Dessa forma, a diferença na produção e da produtividade do trabalho desenvolveu entre as famílias diferença social e passou a dividir a nova sociedade em classes. A lógica do dinheiro entra na família, substituindo a produção familiar. O que antes era produzido e consumido na família e pela família agora é necessário comprar para o consumo, pois a produção não está mais centrada na economia doméstica e sim na propriedade privada.

Desse modo, para Delphy (2015), a monetarização das relações de troca teve dois efeitos para as mulheres: primeiro, ao ser despossuída do valor do seu trabalho, a mulher buscou sair de casa em busca de um trabalho, na maioria, o mesmo que ela realizava em casa, mas que não produzia valor monetário para a família. Porém, o trabalho da mulher fora de casa não necessariamente garantia sua autonomia e liberdade, pois seu salário é inferior ao do homem e o fato de trabalhar fora não a exclui do serviço doméstico em casa. “Portanto, para ter uma certa independência econômica, a mulher só é livre pra ter uma dupla jornada de trabalho” (DELPHY, 2015, p. 110). Segundo, o arranjo de um bom casamento (homem rico) poderia ser uma saída para a sua elevação social e financeira já que através do trabalho dificilmente uma mulher poderia ser livre e economicamente superior. Porém, o fato da mulher não “possuir os meios de produção” faz com que ela não pertença à mesma classe do seu marido. Portanto, “seu nível de vida não depende das relações de produção de classe com os proletários, mas das relações de produção de servidão com seu marido”. (DELPHY, 2015, p.113)

1.3. O controle da natureza e do corpo feminino, a criação de subjetividades e a violência

A nova sociedade que estava se formando, baseada na monogamia, na família patriarcal e na monetarização das relações de troca criou novas formas de subjetividades que precisavam ser construídas para uma nova relação social e econômica. Agora com a sociedade dividida em classes e papéis bem definidos entre homens e mulheres, necessitava de se separar cada vez mais da natureza, ao

ponto que desse para controlá-la, tal como o corpo da mulher e assim atender as novas necessidades criadas por esse recente sistema social e econômico. Marcos de Carvalho (2003) coloca que:

O desenvolvimento da sociedade de classes e seu desdobramento espacial, com o advento da cidade e do campo, abriu caminho para que, a partir da consolidação das “distâncias” sociais entre homens, estes pudessem ver, pensar e conceituar a natureza e sociedade como coisas distintas, isto é, percebessem “distâncias” também entre si e as coisas naturais. (CARVALHO, 2003, p. 29)

O controle do corpo da mulher e bem como da natureza advém da mesma premissa. O homem, em seu anseio por domínio e riqueza, precisava da mulher e da natureza para a sua reprodução. Portanto, precisavam criar um mundo comprometido com a destruição da natureza e exploração das mulheres. Nesse sentido, a natureza foi transformada e naturalizada, o homem mostra sua capacidade de dominar o meio em que vive e ao mesmo tempo constrói a ideia de separação do que é natural e o que não é. O mesmo acontece em relação à mulher e seu papel na sociedade. A naturalização do papel social da mulher parte da premissa que ela precisa ficar em casa e cuidar do lar, pois a atribuição do espaço doméstico da mulher decorre de sua capacidade de ser mãe (SAFFIOTI, 1987, p. 9).

Para que os papéis sociais se cumpram e toda uma nova lógica social se erga são necessários mecanismos de controle e produção de subjetividades. Dessa maneira, uma nova realidade começa a existir e como coloca João Francisco Duarte Júnior (1984):

O mundo se apresenta com uma nova face cada vez que mudamos a nossa perspectiva sobre ele. Conforme a nossa intenção ele se revela de um jeito. Em linguagem filosófica dar-se-ia que as coisas adquirem estatutos distintos segundo as diferentes maneiras da intencionalidade humana. (DUARTE JÚNIOR, J. F., 1984, p. 11)

A nova intencionalidade humana estava transformando o mundo em uma sociedade dividida em classes, patriarcal e monetária. A exclusão das mulheres e seu rebaixamento social, assim como o da natureza, foram construídos para que determinados grupos tivessem poder e estivessem no poder. O homem branco e

européu pôde então ascender na medida em que rebaixava a natureza e a mulher dentro da nova sociedade. Além disso, a construção de uma realidade depende do conhecimento disposto na sociedade e a distribuição do conhecimento é também a distribuição do trabalho, segundo João Francisco Duarte Júnior (1984). Portanto, disposição do conhecimento e sua distribuição conferem uma estrutura social edificada numa realidade. Classificamos uns aos outros a partir de tipos que dentro de um cotidiano se transforma em uma realidade social. Dessa maneira, criamos papéis a serem cumpridos dentro de um sistema para que ele se torne real e posteriormente se legitime. Nesse sentido, a sociedade caminha para a institucionalização dos papéis sociais. Ou seja, para João Francisco Duarte Junior (1984, p.39), “a institucionalização significa o estabelecimento de padrões de comportamento na execução de determinadas tarefas, padrões estes que vão sendo transmitidos a sucessivas gerações.” E por isso, nesse processo, com o passar do tempo as instituições são vistas como algo acima dos homens algo que tenha sua realidade própria e por isso deve ser respeitada. O homem passa a ser condicionado pela própria instituição que um dia ele mesmo criou. A ideologia, outra forma de construção da realidade, é criada e utilizada como forma de explicar as institucionalizações e fatos criados ao longo da história, porém escondendo suas motivações reais. Sendo assim, normalmente utilizada por determinados grupos sociais para atingir interesses pessoais e controlar toda uma massa de pessoas que não possuem consciência necessária para questionar.

A subjetividade criada para condicionar os papéis sociais foi instituída com o passar do tempo, transformando a consciência coletiva e educando-a para viver numa sociedade distribuída em classes e pautada nas diferenças. Dessa forma, a sociedade capitalista, na qual nos encontramos hoje, foi construída nessas bases para que a estrutura social imposta não seja questionada e a realidade presente transformada, garantindo a manutenção da sociedade de classe. Porém, a subjetividade imposta para que esses papéis se cumpram e a realidade desejada se erga, muitas vezes foi realizada através da força e da violência.

Dentro da perspectiva da fragilidade em que a mulher vai sendo colocada ao ser confinada ao trabalho doméstico e a sua retirada de participação na produção, a violência entra como uma forma de subordinar a mulher a esse papel e garantir a

reprodução da nova forma de vida. Nesse sentido, a fragilidade que a mulher é submetida também começa a dar margem à violência que com o tempo ela começaria a sofrer, seja por viver dependente do dinheiro do homem, seja por sua perda de posição social. O que a sociedade de classe mostra, é que ao inferiorizar grupos de pessoas pelo seu poder aquisitivo, cria-se todo um sistema e mecanismos que faça com que essas pessoas acreditem que são inferiores. Como dito antes, é preciso criar um aparato linguístico e mecanismos de subjetividades em que coloquem essas pessoas reféns de uma realidade criada. Dessa forma, a violência pode ser sutil ou devastadora. Saffioti e Almeida (1995) argumentam que:

O sujeito é multifacetado, apresentando, na verdade, várias subjetividades. Estas são frutos de uma produção em série da sociedade capitalista, como se se tratasse de uma linha de montagem. (SAFFIOTI; ALMEIDA 1995, p. 9)

Nesse sentido, a invenção dos papéis sociais impõe aos sujeitos atos limitantes das próprias ações. Delimitam-se as ações que homens e mulheres precisam possuir para se enquadrar na sociedade e assim pertencê-lo. Morre, então, a singularidade dos sujeitos e nascem os indivíduos prontos a moverem a máquina social e economicamente. Portanto, a violência torna-se simbólica ao reprimir os sujeitos de suas ações e ser amparada pelos mecanismos instituídos pela sociedade e Estado. Saffioti e Almeida (1995) afirmam que:

O gênero, assim como a classe social e raça/etnia, condiciona a percepção do mundo circundante e o pensamento. Funciona, assim, como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. Logo, a atuação deste sujeito sobre o mundo deriva de sua maneira específica de compreendê-lo. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 23)

Ao separar os papéis de gênero, o que é o homem e o que é a mulher e seus papéis sociais, cria-se um domínio e inferioridade de um gênero pelo outro. Nesse caso, o domínio do homem sobre a mulher. O que Saffioti busca elucidar é que dentro dessas categorias, homens e mulheres compreendem o mundo a partir da sua maneira específica de assim o ser e existir nele. Além disso, a criação de leis que legitimam a separação e o poder que um exerce em relação ao outro são

utilizadas como forma de controle e também de violência pelo Estado sobre o corpo das mulheres. O casamento é a expressão máxima do controle e da legitimidade do Estado sobre a violência sobre as mulheres, pois ao conceder poder ao homem e o pertencimento do corpo da mulher como objeto e uso e reprodução do homem, o Estado estrutura e institucionaliza a violência. Nesse sentido, Saffioti (2004) citando Pateman (1993) coloca que:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de 'lei do direito sexual masculino'. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (p.16-17) (PATEMAN, 1993 apud SAFFIOTI, 2004, p. 53-54)

Portanto, o contrato social e sexual que o patriarcado institui legitima a posse do homem sobre a mulher e a sua sujeição, também institucionaliza a violência na medida em que dá poder de acesso ao corpo feminino pelo homem, assim tornando a violência normatizada dentro do ceio familiar e também na sociedade como um todo.

Ainda sobre a violência de gênero, a institucionalização dela faz com que a mulher não se sinta segura em nenhum local, visto que a casa pode se tornar um lugar de medo ocasionado pela hierarquização do poder social que é dado ao homem e a rua, por ser um espaço público, a mulher como pertencente a um grupo inferiorizado enfrenta os perigos do espaço público de forma ainda mais fragilizada. E sobre a violência enfrentada pelas mulheres em casa e na rua, Saffioti e Almeida (1995) argumentam que:

O fenômeno desconhece qualquer fronteira: de classes sociais, de tipos de cultura, de grau de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer em qualquer lugar – no espaço público como no privado – e ser praticado em qualquer etapa da vida das mulheres e por parte de estranhos ou parentes/conhecidos, especialmente destes últimos. (SAFFIOTI; ALMEIDA 1995, p. 8)

Desse modo, a casa passa a ser uma prisão para as mulheres que por não terem seu trabalho reconhecido como um trabalho dentro da economia doméstica passa a ser escrava do marido e um agente de consumo da produção. Já o homem precisa procurar trabalho fora de casa, pois o trabalho foi retirado da esfera familiar e agora se encontra na esfera pública de produção econômica. Sobre a transformação dos comuns, Federici (2019) coloca que:

Se a casa é o *Oikos*³⁵¹ sobre o qual a economia é construída, então são as mulheres, historicamente trabalhadoras e prisioneiras da casa, que precisam assumir a iniciativa de retornar a casa como um centro de vida coletiva, atravessado por múltiplas pessoas e formas de cooperação, oferecendo segurança sem isolamento ou fixação, permitindo o compartilhamento e a circulação de posses comunitárias e, acima de tudo, oferecendo uma base para formas coletivas de reprodução. (FEDERICI, 2019, p. 321-322)

A transformação da casa num espaço privado em que homens e mulheres possuem papel a desempenhar na divisão social do trabalho deu margem para que a casa, meio de proteção e afeto, se tornasse uma espécie de isolamento/prisão da mulher e a violência tomasse conta do lar, como algo privado da relação familiar. Portanto, a retirada da coletividade entre famílias e da produção dentro de uma unidade familiar deixou a mulher vulnerável à violência doméstica e a dependência social do marido. Com o confinamento da mulher no trabalho doméstico dentro do espaço privado do lar, a relação do trabalho coletivo e de comunhão com outras mulheres, fica fragilizada e perde seus laços e força. A mulher e suas relações passam a ficar cada vez mais enfraquecidas. Sendo assim, as transformações ocorridas do comum para o privado, ajuda a criar uma vida de opressão, exploração e violência para as mulheres dentro do ambiente familiar, a casa. Além disso, a transformação não afetou apenas as mulheres, mas aos homens e a sociedade como um todo, pois, “a produção de nossa vida torna-se inevitavelmente a produção da morte de outras pessoas.” (FEDERICI, 2019, p.317)

A perseguição e o controle dos corpos femininos para a procriação foi se tornando cada vez mais da esfera pública, a partir das proibições de métodos contraceptivos e disciplina das mulheres para a procriação, de acordo com Federici (2017). Nesse sentido, a mulher ao se casar tornava-se parte de um sistema no qual ela era propriedade tanto quanto a terra e perdia o controle de seu corpo e reprodução, sendo apropriada pelo homem, Estado e era deixada a serviço da acumulação capitalista. Portanto, ao tirarem o direito da mulher de não querer ter filhos forçava-as a servirem ao Estado a condição de trabalhadoras reprodutivas, embora não fosse considerado como parte de um trabalho ou uma função a ser desempenhada. Com isso, todo e qualquer trabalho que a mulher desempenhasse que não fosse o de procriar não era considerado um trabalho, não tinha valor e por isso não era pago. A desvalorização do trabalho feminino foi moldada para que a mulher vivesse sobre a dependência do homem, da família e a serviço do Estado.

Além disso, como coloca Federici (2017) a privatização das propriedades, ocorridas na Europa a partir do século XV, e a crescente monetarização das relações fizeram aumentar o interesse do Estado e da burguesia no controle reprodutivo das mulheres. Ao Estado interessava quantificar a população para dados demográficos, começava a haver um controle populacional pelo Estado para obtenção de mão de obra e disciplina dos trabalhadores. Para a burguesia interessava o controle da reprodução feminina para a paternidade dos filhos. Assim como coloca Engels (2017) sobre a linhagem para a paternidade dos filhos enquanto transferência de bens da família monogâmica.

Desse modo, segundo Federici (2017) foram-se implementando perseguições aos crimes reprodutivos das mulheres e um controle ainda maior sobre seus corpos. As mulheres, com as crises populacionais decorrentes das doenças que dizimavam milhares de pessoas durante esses séculos, foram utilizadas como instrumento para produzir o crescimento da população. Sendo assim, a privatização das terras produziu também um “cercamento social”, como coloca Underdown (1985 apud FEDERICI, 2017, 163) “[...]a reprodução dos trabalhadores passou do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público (a terra comunal, a igreja) para o privado.”

Capítulo 2 - O ESTADO E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

2.1. Cercamentos e privatização do espaço: esfera ampliada e restrita de reprodução da vida

O processo de privatização de terras na Europa, a partir do século XV, teve consequências estruturais na sociedade e afetou todo o modo de vida e existência da população. Segundo Federici (2017), os cercamentos, eram utilizados por senhores para expulsar famílias ou comunidades através de cercas que delimitavam a extensão de terra pertencente a um único proprietário. Dessa maneira, a forma coletiva de plantação, por família ou comunidades que se organizavam para dividir e decidir a colheita foi sendo substituída por uma plantação voltada, não mais para a subsistência das pessoas, mas para acumulação.

A autora destaca também que os cercamentos expropriavam as pessoas de suas riquezas (oriundas mais de valor de uso do espaço e dos objetos do que propriamente do valor de troca e potencial de acumulação) e seu modo de existência, fazendo com que buscassem novas formas de sobrevivência. Uma das maneiras era sair do campo e ir para a cidade, porém a diferença no modo de vida e a dificuldade por emprego fazia com que acabassem virando mendigos ou “vagabundos” no centro urbano, de acordo com Federici (2017). Outra forma que encontravam era de ficar na terra, mas como assalariados dos donos que cercaram a terra. Qualquer que fosse maneira, a nova forma de sobreviver era ligada ao dinheiro. Portanto, mesmo as pessoas que ficavam no campo enfrentavam a fome como a nova realidade de vida, já que, embora estejam plantando e recebendo dinheiro por isso, o valor da sua força de trabalho era tão baixo que prendia essas pessoas a relações quase de servidão. Federici (2017) expressa que:

Essa rede de relações de cooperação, a que R.D. Tawney se referiu como o “comunismo primitivo” do vilarejo feudal, desmoronou quando o sistema de campos abertos foi abolido e as terras comunais foram cercadas (Tawney, 1967). Não só a cooperação no trabalho agrícola desapareceu quando a terra foi privatizada e os contratos individuais de trabalho substituíram os coletivos, mas também as diferenças econômicas entre a população rural e aprofundaram, à medida que aumentou o número de ocupantes ilegais que

não tinham nada além de uma cama e uma vaca e a quem não restava outra opção a não ser “ajoelhar e abaixar a cabeça” para implorar por um emprego (Seccombe, 1992). (FEDERICI, 2017, p. 138)

A privatização da terra, a partir dos cercamentos, empobreceu o trabalhador e o fragilizou, dividindo-o e prendendo ele a nova realidade de dependência econômica. Nesse sentido, a perda da terra para os trabalhadores sujeitou-os a condição de sem-terra e, portanto os empregadores utilizavam disso para explorar ainda mais sua condição. O empobrecimento dos trabalhadores, tanto no campo quanto na cidade, gerou grande problema social com aumento da quantidade de pessoas pedindo nas ruas e violência, segundo Federici (2017).

A perda da terra e da propriedade, advinda dos cercamentos e também da reforma religiosa, acarretou para as mulheres ainda mais sofrimento e miséria. Para os trabalhadores homens restavam poucas alternativas e para as mulheres, por apenas serem mulheres, restava ainda menos. Eram também expostas à violência e humilhações.

[...] a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinham acesso aos trabalhos. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras. (FEDERICI, 2017, p. 146)

No exato momento em que as terras foram privatizadas e as relações monetárias dominaram a vida econômica, as mulheres encontraram maiores dificuldades de sustento do que os homens, pois seu trabalho reprodutivo já não era considerado um trabalho e era totalmente desvalorizado no ponto de vista econômico. Portanto, as mulheres eram excluídas de muitos trabalhos assalariados e quando conseguiam emprego, eram mal pagas, pois “a reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação de capital se tornaram invisíveis” (Federici, 2017, p. 145).

Portanto, a privatização das terras ocorridas através dos cercamentos gerou diversos efeitos sociais, todavia, para as mulheres a perda da terra e de seu espaço produtivo e reprodutivo gerou efeitos mais devastadores do que para os homens,

pois, a possibilidade de se reconstituir socialmente depois da perda da propriedade, para os homens era mais factível do que parar as mulheres que sendo vistas como não trabalhadoras e desvalorizadas socialmente, se limitavam a ficar na pobreza sem possibilidade de ascensão social. Dessa forma a pobreza foi “feminilizada”.

2.2. Trabalho produtivo e “trabalho improdutivo”

Segundo Silvia Federici em “Calibã e a bruxa”:

[...]a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado. (FEDERICI, 2017, p.146)

Nesse sentido, o que a autora coloca é que a diferença de exploração entre homens e mulheres está ligada a diferença considerada pelo trabalho produtivo e reprodutivo, em que as mulheres ficam excluídas de um em detrimento de outro. E esse argumento é utilizado como forma de explorar ainda mais as mulheres, por não serem consideradas parte da força produtiva. Ao mesmo tempo em que são excluídas, as mulheres sofrem uma sobre-exploração com a incorporação capitalista do trabalho “não-produtivo” que elas exercem.

Se o sistema capitalista precisa das diferenças para se manter e explorar, ele também é um sistema de contradição. Ao mesmo tempo em que ele explora um lado ele deixa de explorar outro. Por isso, é importante compreender as dinâmicas sociais que se impõe dentro desse sistema. Kergoat (2010) explica que:

A idéia de consubstancialidade, [...], não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca. Como disse Roland Pfefferkorn, “essas relações estão envolvidas intrinsecamente umas com as outras. Elas interagem e estruturam, assim, a totalidade do campo social”. (KERGOAT, 2010, p. 100)

Para Kergoat, a totalidade das relações sociais e suas práticas só podem ser melhor entendidas através da consubstancialidade e coextensividade. E dessa forma permitiria fazer uma leitura da realidade social. O trabalho feminino, por exemplo, apropriado pela lógica capitalista, utiliza da mão de obra feminina, mas continuam desempenhar práticas sociais limitantes às mulheres. Se por um lado, a mulher deve ser dona de casa, por outro, o sistema precisa e utiliza-se de sua força de trabalho.

A questão é: quais mulheres desempenham o papel de “donas de casa” e quais vão ser incorporadas ao trabalho formal? Mulheres pobres são incorporadas no sistema de trabalho formal, embora ainda permaneça a diferença salarial entre mulheres e homens, e as mulheres de classe média e alta são voltadas para o lar. Porém, ao passo que cada vez mais as mulheres brancas, de classes médias e altas reivindicam sua autonomia e sua entrada no mercado de trabalho, estas que antes cuidavam do lar, passam a terceirizar essa função para outras mulheres. Assim, o encargo da dupla jornada, do sobretrabalho e, quase sempre do emprego informal recai sobre as mulheres pobres.

O estudo de Kergoat é importante para analisar as relações sociais a partir das categorias de sexo e classe em que a autora busca “compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul).” (KERGOAT, 2010, p.93). Nesse sentido, mesmo dentro da categoria de gênero, há uma divisão social imposta para as mulheres que classifica o tipo de trabalho a partir da condição, primeiramente de sexo e posteriormente de classe social.

Safiotti (1987) coloca que a diferença de classe perpassa a diferença de sexo e vice-versa, ou seja, há dentro de cada categoria, homem e mulher, diferença de classe e de rendimento, porém, isso não afeta a identidade única que essas categorias exercem sobre todos os homens e mulheres.

Não obstante todas estas diferenças, que tornam a vida de mulher mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da

sociedade, do espaço doméstico a mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como e caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres. (SAFIOTTI, 1987, p. 9)

Nesse sentido, a autora complementa que a subordinação da mulher ao homem atravessa todas as classes sociais (Safiotti, 1987, p. 21). Isso porque o patriarcado incide sobre todas as classes de forma que sempre irá colocar a mulher nessa condição. Alias, há interesse de que haja tal diferenciação e subordinação em todas as camadas sociais, pois quem ganha com isso é a classe dominante patronal que visa sustentar o sistema machista patriarcal, principalmente nas camadas mais pobres e assim poder lucrar com a desigualdade salarial entre homens e mulheres. E não somente lucrar com a diferença de gênero, mas de raça também.

Ainda que o conceito de Hartmann apresente inegáveis qualidades, é necessário se fazerem certos acréscimos. O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e raciais (SAFIOTTI, 1996), apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo; traz em seu bojo uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do *status quo* consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas. Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios. Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas, etc. tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração das mulheres pelos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. (SAFIOTTI, 2005, p. 42-43)

Além disso, sobre os trabalhos produtivos e improdutivos. Safiotti (1987) afirma que, a divisão criada entre trabalho produtivo e improdutivo está relacionada à produção de novos lucros. O trabalho improdutivo, realizado pela classe média, é aquele que não gera novos lucros. A autora diferencia a sociedade em classes que dominam política e economicamente e detém os meios de produção (classe dominante e minoria) e classes que não detém os meios de produção e vendem sua força de trabalho (classe média e baixa).

A autora também coloca que dentro da classe média há gigantesca diferença salarial entre os trabalhadores, mas independentemente do valor salarial os trabalhos são considerados improdutivos. E a mesma classe busca preservar o *status quo* devido ao seu interesse em ascender socialmente. Mas, concordando com a autora, não é correto dizer que a classe improdutiva é desnecessária já que são necessários para o funcionamento da produção material. E, ao mesmo tempo discordando da autora, é a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho quem de fato produz, portanto, seu trabalho deve ser considerado produtivo independentemente de gerar lucro direta ou indiretamente.

Nesse sentido, a diferenciação dos trabalhadores das classes médias e baixas, reforça o sistema de lucro, à medida que o trabalhador operário recebe um salário baixo por seu trabalho por não ter nenhuma qualificação, ao passo que os trabalhadores de classe média recebem salários um pouco maior por terem se qualificado pra exercer sua função. Porém, os dois são de modo geral mal pagos por seus patrões, mas a subjetividade criada pelo sistema machista capitalista é de que o trabalhador de classe média está mais próximo da classe alta, o que não é verdade. Pois, nessa lógica, o trabalho improdutivo realizado pela classe média vai ser sempre improdutivo por não gerar novos lucros e os trabalhadores por não deterem os meios de produção. Ou seja, ele apenas atende às necessidades da classe alta.

Portanto, o capitalismo se apóia no machismo presente nas relações de classe e faz com que as trabalhadoras não percebam a lógica lucrativa que desempenham exercendo funções não produtivas para o sistema. E ainda ajuda a preservar hierarquias que sustentam e são o motor para o sistema capitalista de dominação e exploração. O machismo do patriarcado irá atravessar todas as classes e trabalhos a fim de legitimar a dominação do homem sobre a mulher e do lucro sobre os trabalhadores e trabalhadoras.

2.3. Trabalho assalariado e o trabalho doméstico: a casa e a rua

Na esfera familiar e privada do lar, todo trabalho produzido pelas mulheres não era considerado como um trabalho, mas sim uma ajuda ou uma função de dona de casa a ser desempenhada por elas. Criou-se a cultura de que o trabalho “naturalmente” doméstico não precisa ser remunerado por se tratar de um trabalho feminino e, por isso, de apoio, não como essencial e parte de um sistema que contribui para a acumulação capitalista.

As mulheres precisavam se casar e pertencer a uma família como mãe, esposa ou filha e assim servir à reprodução da vida, isto é, à procriação e ao trabalho doméstico. Porém, não foi sempre assim. A história do trabalho feminino é uma história de trabalho produtivo na esfera pública: no sustento de si, da família, da comunidade e na tessitura de redes sociais de apoio mútuo e colaboração. A expropriação provocada pelos cercamentos das terras e a consequente expropriação de muitas famílias de seus meios de produção e subsistência, criou e multiplicou, historicamente, geração após geração, uma massa de mulheres pobres, condenadas ao trabalho doméstico não-remunerado, ou remunerado ao custo da sobrevivência.

Aquelas mulheres que, há séculos tentavam buscar algum trabalho no espaço público, fora da esfera do lar, eram publicamente rotuladas e condenadas como “bruxa” ou “putas” (Howell, 1986, p. 182-3 *apud*. Federici, 2017, p. 190). Algo que, até muito pouco tempo, não era ainda tão estranho às nossas sociedades, tendo em vista que, mesmo as mulheres que trabalhavam fora de casa para contribuir no sustento da família na adolescência e juventude, deixavam imediatamente de fazê-lo no momento em que se casavam e assumia a responsabilidade (doméstica) com sua própria família. Justamente nesse momento em que o trabalho feminino se torna condição da reprodução do capitalismo, sua representação social e seu reconhecimento econômico são anulados sob o rótulo “dona de casa”, ou “do lar”, ainda que o termo “dona” não seja aí absolutamente bem colocado. A maioria dessas mulheres não figuram exatamente como proprietárias do imóvel em que residem e cuidam e se assemelham mais a um objeto, uma coisa, parte da própria casa.

Dessa forma, houve uma separação entre as mulheres, as que estavam na esfera restrita do lar e privatizadas pelo seu marido e família, e aquelas que estavam

na esfera pública e do comum, ou seja, podia pertencer a todos os homens, pois ela não tinha um “dono”. Nesse sentido, a prostituição foi outra forma e categoria em que as mulheres também serviam aos homens e ao Estado.

Importante destacar a diferença de classe impondo a categorização e o tratamento dado às mulheres. É verdade que todas as mulheres sofrem e são vitimadas apenas por serem mulheres, porém o tipo de exploração e sofrimento imposto se diferencia a partir da sua diferença de classe e raça. Nesse sentido, a prostituição como forma de controle e exploração do corpo da mulher apropriado pelo Estado como forma de obter lucro, recaiu, em sua maioria, para as mulheres pobres, pois estas eram as mais vulneráveis a um sistema de exploração.

Silvia Federici em *O ponto zero da revolução*, ao abordar a questão do trabalho assalariado e o trabalho doméstico, expressa que:

A família é essencialmente a institucionalização do nosso trabalho não assalariado, da nossa dependência não assalariada dos homens e, conseqüentemente, a institucionalização da divisão desigual do trabalho que tem disciplinado a nós e também aos homens. (FEDERICI, 2019, p. 73)

Dessa forma, muitos estudos não discutem o trabalho doméstico como um trabalho produtivo por não estar ligada a extração de mais-valia. Porém, para Saffioti (1979, p.42) “desempenhando tarefas que tornam possível a produção e a reprodução da força de trabalho, a empregada doméstica cria condições para a reprodução do sistema capitalista”. Concordando com a autora, o trabalho doméstico, geralmente exercido por mulheres, não é um trabalho que não agrega valor a produção, ele a gera de forma indireta. Pois, é a partir dos serviços remunerados, ou não, das mulheres que são garantidas as condições para a realização do trabalho produtivo pelos outros membros da família. Saffioti (1979) coloca que:

Nesta medida, as atividades domésticas, sejam elas desempenhadas gratuitamente ou mediante o pagamento de um salário, contribuem para a produção de uma mercadoria especial – a força de trabalho – absolutamente indispensável à reprodução do capital. (SAFFIOTI, 1979, p.41)

Dessa maneira, a separação entre produção de valor e reprodução social, para as mulheres é um campo discutível. A mulher proletária encontra-se no campo produtivo ao entrar no mercado de trabalho gerando mais-valia para a acumulação capitalista, porém o papel social específico da mulher, fundamental na reprodução do capitalismo, não deixa de existir com o trabalho feminino extra lar. A mulher, de modo geral, apenas “acumula trabalho” trabalhando dentro e fora de casa, seja na produção direta de mais-valia, seja na geração indireta (trabalho doméstico), na geração das condições de reprodução do próprio sistema.

O trabalho doméstico sinalizado por Engels é o trabalho doméstico que ocupa o tempo da mulher sem que ela seja remunerada por isso e por ter sido esvaziado de “valor” produtivo é considerado trabalho exclusivamente para as mulheres desenvolverem. Delphy (2015) coloca que o não valor do trabalho produtivo da mulher não é explicado pela sua natureza do trabalho, mas sim pela exclusão da mulher do mundo do mercado enquanto agente econômico. Portanto, são as próprias relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos de valor. Por esse modo, quando o trabalho “feminino” é realizado por homens ele é remunerado ou quando o trabalho é realizado por outra mulher fora da família ele também é remunerado, ao ponto que ao ser realizado pela mulher daquela família o trabalho é considerado como um não-trabalho.

As mulheres que trabalham como empregadas domésticas fora de suas casas são remuneradas, porém, mesmo sendo pago o salário das empregadas domésticas estes são, em geral, inferiores a maioria dos salários pagos aos homens, além de terem tido seus direitos reconhecidos há poucos anos.

As mulheres tendem a ocupar os empregos que os homens consideram desvalorizados, pois, entende-se que “o salário feminino pode ser inferior ao homem na medida em que é considerado complementar, como deve ser inferior a fim de manter a superioridade masculina. (SAFFIOTI, 1979 Apud. GUALBERTO, A. R, 2019)

Nesse sentido, não é a natureza do trabalho doméstico que o faz ser mal remunerado, mas sim as relações sociais impostas aos homens e as mulheres que sustentam o patriarcado. Saffioti (1987) aponta que é através da ideologia machista

que, legitima a dominação da mulher pelo homem, as camadas patronais impedem, ou pelo menos dificultam, a união entre trabalhadores e trabalhadoras. A autora mostra que a diferença salarial entre homens e mulheres, no ceio de uma família de trabalhadores, prejudica não apenas as mulheres que são mal remuneradas, mas aos homens e a família como um todo, já que o ganho médio da família seria muito maior se todos recebessem o salário integral pelos seus trabalhos. Portanto, a opressão, derivada da relação social, imposta às mulheres através da criação dos bens materiais para a sobrevivência da sociedade prejudica, não apenas as mulheres, mas todos os trabalhadores.

Nesse contexto, Federici (2019) coloca que:

A forma com que a relação assalariada mistificou a função social da família é uma extensão da forma como o capital mistificou o trabalho assalariado e a nossa subordinação das relações sociais ao “nexo monetário”. Nós aprendemos com Marx que o salário oculta o trabalho não assalariado que é destinado ao lucro. Mas medir o trabalho pelo salário também esconde a extensão da subordinação das nossas relações familiares e sociais às relações de produção – *elas se tornaram relações de produção* –, de modo que todos os momentos da vida operam em função da acumulação de capital. (FEDERICI, 2019, p. 77)

Portanto, a monetarização da produção de vida perpassa a esfera do lar e da rua, do salário ou não salário, pois a acumulação de capital está presente em todos os aspectos da relação social e de produção de vida. E nesse sentido, Federici (2019), aborda a questão do assalariamento do trabalho doméstico a partir de uma perspectiva política e não necessariamente financeira do trabalho. Para ela, portanto:

[...] quando lutamos por um salário, não lutamos para entrar na lógica das relações capitalista, porque nós nunca estivemos fora delas. Nós lutamos para destruir o papel que o capitalismo outorgou às mulheres, que é um momento essencial da divisão do trabalho e do poder social dentro da classe trabalhadora, por meio do qual o capital tem sido capaz de manter sua hegemonia. (FEDERICI, 2019, p. 47)

Sendo assim, a perspectiva abordada pela a autora traz à luz novas formas de lutar pelo papel social imposto às mulheres dentro do sistema capitalista de produção. E, todavia, destacamos sua contribuição para pensar a atuação da mulher no mercado de trabalho como forma de impor a igualdade de gênero. Pois, mesmo uma mulher sendo trabalhadora doméstica fora de casa e recebendo pelo seu trabalho isso não a isenta de realizar o trabalho doméstico gratuito no seu lar, devido à naturalização do trabalho doméstico ser feminino.

Desde que o movimento pela luta por igualdade em direitos das mulheres começou, nós tivemos avanços nesse campo. Porém, como foi visto pela desmistificação do trabalho improdutivo do trabalho doméstico e da mulher e sua improdutividade nas questões reprodutivas, a mulher, sendo duplamente ou triplamente explorada continua servindo ao sistema e tem seu trabalho naturalizado para justificar a sua exploração enquanto trabalhadora não-trabalhadora.

Capítulo 3 - CLASSE, GÊNERO E RAÇA ONTEM E HOJE

3.1. Expansão das relações de classe, gênero e raça a partir da colonização e transição capitalista no mundo

Buscando compreender as diferentes formas de opressão e exploração sofridas pelas mulheres brancas e não brancas no contexto da transição capitalista, é importante ter uma visão ampla desse processo para então entender como eles ocorrem nas escalas menores das relações sociais. Nesse sentido, analisar o desenvolvimento do sistema capitalista através de sua expansão ocorrida por meio da colonização é um fator necessário para compreender as relações de classe, gênero e raça que se sucederam a partir da sua imposição e assimilação por diferentes povos.

A visão aqui estabelecida é o entendimento ocidental de expansão do sistema-mundo¹ capitalista, analisando as categorias a partir de autores ocidentais e a partir da Europa para as outras colônias. Portanto, como já foi explicitado nos capítulos anteriores ao retratar as relações de gênero e classe ocorridas na Europa, agora busco entrar, além das questões anteriores, na questão de raça e assim poder ter uma visão mais abrangente da exploração e opressão imposta as mulheres.

A “idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (QUIJANO, 2005, p.118), neste sentido, foi criada uma categoria que inferiorizasse povos diferentes dos dominadores europeus, e assim justificar sua conquista e hierarquia sobre eles. Desse modo, “às Américas chegou o homem heterossexual/ branco/ patriarcal/ cristão/ militar/ capitalista/ europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no seu espaço e no seu tempo [...]” (GROSFUGUEL, 2008, p. 122). A chegada dos colonizadores às colônias levou com eles toda a misoginia e violência à qual já estavam acostumados e praticavam na Europa com as mulheres e com a natureza. Portanto a “raça” foi mais um fator agregador de diferença em que eles se apoiaram

¹ Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein (1974)

para justificar qualquer violência e exploração. Sobre isso, Federici (2017) expressa que:

Assim como a discriminação estabelecida pela raça, a discriminação sexual era mais que uma bagagem cultural que os colonizadores trouxeram da Europa com suas lanças e cavalos. Tratava-se nada mais, nada menos, do que da destruição da vida comunitária, uma estratégia ditada por um interesse econômico específico e pela necessidade de se criarem as condições para uma economia capitalista – como tal, sempre ajustada à tarefa do momento. (FEDERICI, 2017, p. 220)

A inferiorização de gênero ocorrida antes da colonização teve o mesmo objetivo econômico da inferiorização da “raça”. No período de caça as bruxas na Europa, a perseguição imposta às mulheres fez com que o gênero fosse o fator determinante para a inferioridade, exploração e opressão imposta a elas, como aponta Federici (2017). O sistema capitalista por ser um sistema que precisa das diferenças para justificar sua exploração utiliza dessas categorias para sua reprodução.

Com o componente racial a hierarquia de poder entre homens e mulheres é atravessada por mais esse fator. Agora, além da hierarquia entre homens e mulheres ocorrida pela transformação da família monogâmica e patriarcal, explicitado por Engels (2017), e a desvalorização da mulher pelo trabalho, a raça cria mais um fator de hierarquização. Há, mediante a colonização, diferença entre mulheres brancas e negras, bem como de homens brancos e negros. Apesar de haver misoginia em relação a todas as mulheres a diferença racial entra para a mulher negra como um fator a mais de exploração e opressão, pois elas são exploradas e oprimidas por serem mulheres e negras dentro de uma sociedade racista. Nesse sentido, Grosfoguel (2008) expressa que:

A hierarquia global das relações entre os sexos também é afetada pela raça: ao contrário dos patriarcados pré-europeus em que todas as mulheres eram inferiores aos homens, na nova matriz de poder colonial, algumas mulheres (de origem européia) possuem um estatuto mais elevado e um maior acesso aos recursos do que alguns homens (de origem não-europeia). A ideia de raça organiza a população mundial segundo uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores que passa a ser um princípio organizador da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global. (GROSFOGUEL, 2008, p. 124)

Ainda sobre essa questão, Ferecici (2017) coloca que:

Na Europa, a coação de mulheres à procriação havia levado à imposição da pena de morte pelo uso de contraceptivos. Nas *plantations*, onde os escravos estavam se transformando numa mercadoria valiosa, a mudança para uma política de criação tornou as mulheres mais vulneráveis aos ataques sexuais [...]. (BECKLES, 1989, pp. 99-100 apud. FEDERICI, 2017, p.224)

Portanto a mulher negra foi oprimida e explorada ainda mais dentro do sistema capitalista patriarcal. As mulheres na Europa tiveram seus corpos utilizados para a reprodução e força de trabalho nos momentos de crise populacional e econômica, como aborda Federici (2017). Porém, nas colônias as mulheres negras foram incorporadas a lógica capitalista e seu corpo utilizado para a reprodução da força de trabalho escrava sendo elas ainda mais vulneráveis devido a sua condição e pela sua cor, onde dentro da hierarquia social criada nesse sistema há um peso muito maior. Angela Davis coloca que a exaltação da maternidade popular no século XIX não se estendia as escravas. “Aos olhos dos seus proprietários, elas [...] eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. [...] cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir da sua capacidade de multiplicar.” (DAVIS, 2016, p. 26)

Ainda segundo Davis (2016):

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 26)

Dessa forma, as mulheres negras sofriam diversos tipos de violência, igualando-se aos homens escravos nesse sentido, mas diferenciando-os por sofrerem, além de toda a violência imposta aos homens escravos, abusos sexuais e seu corpo utilizado para a reprodução do sistema capitalista de produção. Além

disso, o racismo presente nas relações sociais de poder fez com que mulheres brancas e negras fossem diferenciadas e hierarquizadas. Com a colonização os homens brancos trazendo sua ideologia patriarcal e capitalista reproduziu nas colônias toda violência e misoginia que já praticavam na então futura Europa. Bell Hooks (2014) expressa que:

A transformação da mudança da imagem da mulher branca como pecadora e sexual para essa mulher branca senhora virtuosa ocorreu ao mesmo tempo que a exploração sexual em massa das mulheres negras escravizadas – exatamente ao mesmo tempo que a rígida moralidade sexual da Inglaterra Vitoriana criou uma sociedade na qual a exaltação da mulher como mãe e companheira subserviente aconteceu em simultâneo com a formação do massivo submundo da prostituição. [...] O racismo foi sem expediente a única causa dos muito cruéis atos sádicos de violência perpetrados pelos homens brancos sobre as mulheres negras escravizadas. O ódio profundo das mulheres que estava enterrado na mente dos colonizadores brancos pela ideologia patriarcal e os ensinamentos religiosos anti-mulher, motivaram e aprovaram a brutalidade masculina branca contra as mulheres negras. (HOOKS, 2014, p. 25)

No período de caça às bruxas ocorrido na Europa antes da colonização, como apontado por Federici (2017), as mulheres eram alvo de perseguição, julgamento, estupro e assassinato por qualquer que fossem o motivo. As mulheres pobres eram as mais vulneráveis nesse sistema e muitas acabavam se prostituindo como a única forma de sobrevivência, já que nesse período as mulheres “respeitáveis” não eram vistas como trabalhadoras. As mulheres que trabalhavam, de alguma forma, davam a entender que eram pobres e por isso, caso fossem violentadas nada aconteceria com estupradores.

Outro aspecto é o estupro como modo “recreativo” para os homens. Esta finalidade contribuiu e contribui para a banalização do estupro e também sua comercialização, promovendo uma super exploração e exposição violenta do corpo feminino. A prostituição, até hoje, é uma forma de subsistência para muitas mulheres.

Para as mulheres negras, no modo de produção escravista, a violência sempre estava atravessada pela questão de raça e gênero, desta maneira elas enfrentaram o estupro por punição, estupro por divertimento do senhor e dos seus ou estupro como negociação e barganha. Entre as mulheres brancas o estupro

punitivista e recreativo também eram e são reais, porém não explicitamente e oficialmente.

Nesse sentido, como apontado por Hooks (2014), as mulheres brancas tiveram uma mudança de cenário, passando de bruxas para esposas imaculadas, muito incentivado pela igreja. E com a mudança de posição das mulheres brancas, somada a colonização e ao racismo dos homens brancos, as mulheres negras foram os alvos desses homens que dominados pela ideologia patriarcal eram extremamente misóginos. Todo esse ódio e racismo afetaram a mulher negra ainda mais fortemente, pois ela além de lutar contra o sexismo ainda precisava e ainda precisa lutar contra o racismo.

Segundo Hooks (2014), a mulher negra se viu dividida entre a sua raça e seu sexo, pois com a luta dos negros nos Estados Unidos por direito ao voto a mulher negra, excluída da frente do movimento não sabia se apoiava o homem negro e seu machismo ou as mulheres brancas que nesse período também não davam espaço para as mulheres negras nos movimentos feministas. “O que começou como um movimento de liberdade de todo o povo negro da opressão racista tornou-se num movimento cujo primeiro objetivo foi o estabelecimento do patriarcado negro masculino.” (HOOKS, 2014, p. 7)

Além disso, sinalizado por Angela Davis (2016), as mulheres brancas de classe média no início dos movimentos das mulheres não conseguiam relacionar o sofrimento delas com os das mulheres brancas da classe trabalhadora e nem das mulheres negras, mesmo fazendo parte de movimentos abolicionistas. Segundo Davis (2016):

As líderes do movimento pelos direitos das mulheres não suspeitavam que a escravização da população negra no Sul, a exploração econômica da mão de obra no Norte e a opressão social das mulheres estivessem relacionadas de forma sistemática. No interior do movimento de mulheres, em seus primeiros anos, pouco se discutia sobre a população branca trabalhadora – nem mesmo sobre as mulheres brancas trabalhadoras. Embora muitas mulheres apoiassem a campanha abolicionista, elas não conseguiam integrar sua consciência antiescravagista à análise que faziam da opressão das mulheres. (DAVIS, 2016, p. 76)

E ainda sobre a questão das mulheres negras nos movimentos das mulheres Davis (2016), se referindo a Sojourner Truth, uma mulher negra e ex-escrava, expressa que:

[...] O fato da sua raça e sua condição econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como uma mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que das mulheres brancas de classe média. (DAVIS, 2016, p. 74)

Nesse sentido, o que essas autoras deixam claro sobre a opressão das mulheres negras com a colonização é que o patriarcado incide sobre a raça tornando o homem negro também patriarcal na medida em que ele é inserido nesse sistema e que as mulheres brancas, pelo menos no início dos movimentos feministas, não conseguiam abarcar todas as lutas de raça e de classe ao seu movimento. O que torna explícito a ideologia capitalista incidindo sobre o movimento das mulheres e atrapalhando de haver de fato uma união entre mulheres proletárias e de classe média. Além disso, o racismo presente na estrutura da sociedade edificada a partir da colonização também aprofundou a distância entre as mulheres brancas e negras. Portanto a análise dessas autoras é importante para demonstrar o papel do patriarcado e do capitalismo enquanto agentes aprofundadores das desigualdades e diferenças, inclusive se apoiando e incentivando que haja tais separações, assim os movimentos não dialogam e disputam entre si, tirando o foco dos principais agentes formadores das desigualdades, diferenças e hierarquias, o patriarcado e o capitalismo.

Outra forma de opressão e exploração derivada da colonização foi feita a partir dos trabalhos. A situação dos homens e mulheres negras e das mulheres brancas nesse período era de completa ausência e exclusão. Sendo as mulheres brancas moldadas pela ideologia patriarcal e pela igreja consideradas apêndices do marido e um ser incapaz que necessitava de proteção e as mulheres e homens negros escravizados e sofrendo violências, o preconceito por sua cor, eles enfrentavam uma barreira para os trabalhos. Sobre isso, Quijano (2005) expressa que:

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. [...] Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. (QUIJANO, 2005, p. 118)

A “divisão sexual do trabalho” em que Engels (2017) expressa, agora conta com um novo componente, a raça, sendo a “nova” divisão sexual e racial do trabalho. Essa divisão numa escala global produziu identidades e espacialidades a partir da visão machista, capitalista e preconceituosa. Com isso, a exploração capitalista no mundo pode lucrar ainda mais com o trabalho de mulheres e etnias diferentes, pois os baixos salários ou os não salários eram legitimados pela superioridade da raça dominante, o homem branco europeu. Sobre os salários na divisão racial do trabalho, Quijano (2005) aponta que:

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante –os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus)– foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Conseqüentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: *amarelos* e *azeitonados* (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. (QUIJANO, 2005, p. 119)

Desse modo, os salários foram hierarquizados de acordo com a hierarquização das raças e cor de pele das diversas etnias em que a expansão européia nas colônias entrou em contato. Além disso, sinalizado por Federici (2017) as hierarquias sexuais e raciais tiveram papel importante na transferência de propriedades ocorridas nesse período. Sendo assim, a propriedade privada relaciona-se ao papel social da mulher e também da raça para a construção e manutenção da sociedade capitalista, visto que tanto às mulheres quanto às raças inferiorizadas nesse sistema foram excluídos ou tiveram o acesso dificultado à transferência da propriedade. A propriedade deveria referir-se ao homem branco para que houvesse legitimidade.

“Dividir e conquistar” também se tornou a política oficial nas colônias espanholas, depois de um período em que a inferioridade numérica dos colonos sugeria uma atitude mais liberal perante as relações interétnicas e as alianças com os chefes locais por meio do matrimônio. No entanto na década de 1540, na medida em que o aumento na quantidade de *mestizos* debilitava o privilégio colonial, a “raça” foi instaurada como um fator-chave na transmissão da propriedade, e uma hierarquia racial foi estabelecida para separar indígenas, *mestizos* e *mulattos* uns dos outros e da população branca. (NASH, 1980, p.140 apud. FEDERICI, 2017, p. 218)

“O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores.” (QUIJANO, 2005, p. 120). Assim, a classificação racial do trabalho produziu identidades geográficas estimuladas pelos futuros europeus a partir da sua colonização. Quijano (2005) expressa sobre essa geografia que:

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista. (QUIJANO, 2005, p. 120)

A constituição da Europa enquanto centro do mundo nesse sentido, fez gerar um novo rearranjo da classificação global, levando a construção de identidades formadas a partir dos colonizadores para o restante do mundo e conduzindo uma geograficidade universal das relações sociais e de capital. Dessa maneira, a propagação das relações de classe, gênero e raça foi levada a um sentido universal de classificação, subordinação e exploração mediada pelo interesse capitalista. Quijano (2005) coloca que:

O que sua globalidade implica é um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto. Por isso as instituições

hegemônicas de cada âmbito de existência social, são universais para a população do mundo como modelos intersubjetivos. Assim, o Estado-nação, a família burguesa, a empresa, a racionalidade eurocêntrica. (QUIJANO, 2005, p. 124)

O modelo imposto aos colonizados impõe sua prática universalizadora do racismo, machismo, violência e monetária trazidos com os colonizadores e assim formam-se novos Estados-nação que possuem como base esses princípios constitutivos. As relações sociais ocorridas hoje possuem raiz histórica da formação social derivadas desse período que moldou, através de práticas subjetivas ou violentas, povos e culturas diferentes ao novo padrão de organização social. O que não quer dizer que o modelo introduzido conseguiu acabar por completo com as práticas culturais e povos originários, embora tenha dizimado e destruído bastante algumas culturas, ainda há movimentos de resistências e lutas contra esse modelo hegemônico imposto.

Quijano (2005), fala sobre o Estado-nação enquanto agente que através de seu poder controla, organiza e institui uma sociedade de uma nação moldada nesses padrões. Segundo, o autor:

Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. Porém, toda sociedade é uma estrutura de poder. É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, freqüentemente certo grupo, sobre os demais. Conseqüentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo como foram configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento. (QUIJANO, 2005, p. 130)

O Estado-nação, assim, ao ser criado a partir das estruturas de poder dominante, institui o poder dominante sobre os demais sujeitos e subjetividades. Desse modo, o Estado não foi criado e comandado por mulheres, negros ou índios e nem pensado para atendê-los, mas para controlar e educar nas bases estruturantes do poder dominante. “[...] durante o processo de organização dos novos Estados, a tais raças foi negada toda possível participação nas decisões sobre a organização

social e política.” (QUIJANO, 2005, p. 134). Sobre isso, Grosfoguel (2008, p.133) aponta que “O planejamento e o controle “racional” do Estado-nação contribuem para a ilusão desenvolvimentista da eliminação das desigualdades do sistema-mundo capitalista ao nível do Estado-nação.”

Desta forma, a exclusão de gênero, raça e classe que foi feita a partir da propagação da colonização e pelos Estados-nação através da transição capitalista no mundo fez surgir movimentos de resistência a esse modelo impositivo pelos grupos dominados e explorados por esse sistema.

3. 2. Resistências femininas à exploração e à degradação ambiental: A partir da análise de classe, gênero e raça

Não podemos ver as mulheres apenas como seres passivos que diante de toda opressão e exploração que sofreram e sofrem não resistem de alguma forma que seja. Se deixar levar por essa visão é pensar justamente a lógica dominante, onde as mulheres são pessoas passivas que necessitam de proteção ou que elas são seres inferiores e por isso precisam ser controladas e exploradas. Nesse sentido, abordar as resistências femininas é necessário para mostrar a força, os objetivos e as lutas que todas essas mulheres desenvolveram buscando resistir à dominação capitalista e patriarcal. Portanto, o objetivo desse capítulo, não é explicitar todos os casos de resistência que as mulheres fizeram e fazem, mas mostrar a convergência entre as categorias abordadas e a importância de se pensar o processo como um todo, coexistindo as diversas lutas para o entendimento e o foco do real problema que atinge a todas elas e a sociedade como um todo, o sistema capitalista e patriarcal imposto.

Nessa premissa, as mulheres sempre resistiram ao processo das mais diversas formas, sejam elas na Europa ou nas colônias, o sistema não surgiu sem resistência de outros modos de existência, mas sim através da violência e roubo deles. Como demonstra Federici (2017):

Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura. A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho, e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do estado transformado em recursos econômicos. (FEDERICI, 2017, p. 305)

As mulheres expropriadas de suas terras através dos cercamentos e sua vida comunal deteriorada, assim como, as proibições das práticas curativas, sexuais e abortivas, a elevação dos preços dos alimentos, enfim, a privatização da vida como um todo gerou para a mulher uma transformação radical do seu modo de vida. Portanto, sua resistência ao novo modelo capitalista que estava sendo instituído foi algo extremamente natural, visto os problemas causados. “Na França, as mulheres cercavam as padarias se estivessem convencidas de que os cereais seriam racionados ou se descobrissem que os ricos haviam comprado o melhor pão e que o restante era mais mingado ou mais caro.” (FEDERICI, 2017, p. 156). Em *Calibã e a bruxa*, Silvia Federici aborda que as mulheres foram uma resistência importante ao processo de cercamento das terras ocorrido nos séculos XVI e XVII.

Alguns protestos eram inteiramente femininos. Em 1607, por exemplo, 37 mulheres, lideradas por uma “Capitã Dorothy”, atacaram mineiros de carvão que trabalhavam naquilo que as mulheres reivindicavam como sendo os campos comuns do vilarejo de Thorpe Moor (Yorkshire). Quarenta mulheres foram “derrubar as cercas e as barreiras” de um cercamento em Waddingham (Lincolnshire) em 1608; e em 1609, num feudo de Dunchurch (Warwickshire), “quinze mulheres, incluindo esposas, viúvas solteironas, filhas solteiras e criadas, se reuniram por sua conta para desenterrar as cercas e tapar os canais” (ibidem, p.97) Novamente em maio de 1624, as mulheres destruíram um cercamento e, por isso, foram para a prisão – dizia-se que “havia desfrutado do tabaco e da cerveja depois da sua façanha” (Fraser, 1984, pp. 225-6). Mais tarde, em 1641, a multidão que irrompeu num pântano cercado em Buckden era formada fundamentalmente por mulheres, auxiliadas por meninos (ibidem). Esses são apenas alguns dos exemplos de um tipo de confronto em que mulheres, portando forcados e foices, resistiram ao cercamento de terras ou à drenagem de pântanos quando seu modo de vida estava ameaçado. (FEDERICI, 2017, p. 143)

Esse processo de luta das mulheres pelo seu direito a terras e seu modo de reprodução mostra uma vertente de gênero e classe que são atingidos diretamente

com a privatização das terras. Eram as mulheres pobres que tinham suas casas e seu modo de vida e reprodução afetadas por essa política que, ao retirar as famílias de suas terras e instituindo um novo relacionamento com esse espaço, não sendo mais o da coletividade, forçava essas pessoas a migrarem pra cidade e a passarem fome, sem alimentos para cultivar e dinheiro para comprar.

A relação estabelecida entre gênero, classe e natureza vai sendo ligada por meio da constituição de grupos oprimidos e dominados que viam na natureza seu sustento e sua reprodução. Sobre a constituição desses grupos, Porto-Gonçalves (1989) expressa que:

Há uma determinada condição operária que foi instituída através de acirradas lutas e que configura a vida de importantes segmentos da sociedade. São homens e mulheres que não tem meios de produzir a sua própria existência; que foram expulsos da sua terra ou nasceram filhos de famílias que foram expropriadas da terra e que se vêem obrigados a vender a sua força de trabalho, nem sempre fazendo aquilo de que gostam ou que melhor saberiam fazer. (PORTO-GONÇALVES, 1989, p. 18)

Assim, a transição do capitalismo foi dada por meio dessas lutas de resistências em que os grupos oprimidos se rebelaram com o sistema que estava sendo formado. Portanto, a realidade social que temos hoje não foi um dado acontecimento, foi feita por diversos grupos que tentaram resistir à imposição do novo sistema. Importante deixar claro, pois a naturalização desses processos e da opressão desses grupos é colocada como algo dado, como se essa realidade não tivesse sido imposta através da força e “pretende-se congelar a história, a sociedade e a cultura, enfim, manter o *status quo*.” (PORTO-GONÇALVES, 1989, p. 44). Nesse sentido, o autor coloca que:

É o “silêncio dos vencidos” que tentamos resgatar, vendo na história o lugar de tensão não só entre teorias, mas, sobretudo, entre práticas; percebendo que aquelas que por ventura são instituídas fazem questão de se apresentarem como naturais e, com isso, procuram ofuscar que, ao se instituírem, o fizeram sufocando outras possíveis práticas que teriam dado origem a uma outra história. (PORTO-GONÇALVES, 1989, p. 44)

A resistência das mulheres, dos negros, dos proletários e de outros oprimidos, porém, concentrando o foco da análise nos três primeiros, é um grito de sufocamento em que eles foram submetidos ao longo do processo de constituição da sociedade como a conhecemos hoje. Sendo assim, compreender as lutas desses grupos implica em descortinar sua opressão e exploração. Estas, por sua vez, estão relacionadas com a entrada do sistema capitalista e a ideologia patriarcal que hierarquizam as diferenças para poder justificarem suas práticas de exploração e opressão sobre esses grupos. O capital para existir precisa de pessoas despossuídas o bastante para que elas se submetam a tais condições de exploração. “Se não houver, por exemplo, uma parte da sociedade totalmente desprovida de meios próprios para produzir sua vida, o trabalho assalariado não existe e sem ele o capital não tem sentido.” (PORTO-GONÇALVES, 1989, p.47)

Portanto a luta feminina é e deve ser por acesso a terra, a água, ao alimento e a todas as formas de se produzir a vida. Desse modo, a resistência feminina precisa estar ligada a luta pelo meio ambiente, pois apenas possuindo o acesso a esses meios e fazendo o uso adequado deles é que poderá efetivamente existir uma mudança estratégica de paradigma na nossa sociedade.

“Separar o homem da natureza é, portanto, uma forma de subordiná-los ao capital.” (PORTO-GONÇALVES, 1989, p. 116). Para Carlos Walter, a separação entre homem e natureza foi uma separação entre quem explora e os que são explorados e oprimidos. Dessa forma, a constituição da classe oprimida é a de mulheres, negros, povos indígenas, proletários, crianças, homossexuais, idosos e adolescentes, e quem explora a classe oprimida é o capitalista, homem, branco, heterossexual, cisgênero, burguês. Assim, todas essas lutas encontram imbricação com a luta pela preservação do meio ambiente, de modo que, todas elas são lutas antes de tudo, anti-sistema que oprime, explora ou descarta pessoas em prol do capital.

Portanto, pensar as resistências femininas diante da exploração é pensar uma produção de vida diferente da lógica capitalista voltada para o mercado. Nesse sentido, concordando com Federici (2019), ao expressar que:

O que necessitamos é de um ressurgimento e um novo impulso das lutas coletivas sobre a reprodução, reivindicando o controle sobre as condições materiais de nossa reprodução e criando novas formas de cooperação em

torno desse trabalho que escapem a lógica do capital e do mercado. (FEDERICI, 2019, p. 230-231)

Para a autora “apenas pela auto-organização as mulheres podem revolucionar a própria vida” (FEDERICI, 2019, p. 191). Assim, poderíamos lutar pelo controle da nossa reprodução sem uma lógica voltada para o mercado. Todavia, lutar pelo controle da nossa reprodução é também incorporar e entender as outras lutas que também são oprimidas e exploradas assim como as mulheres. Além disso, Federici (2019) coloca que:

Apesar de uma tentativa sistemática das potências coloniais de destruir os sistemas femininos de agricultura, as mulheres hoje constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e estão na vanguarda de um uso não capitalista dos recursos naturais (terra, floresta e água). (FEDERICI, 2019, p. 277)

Desse modo a autora expressa que as mulheres têm adotado a agricultura de subsistência como estratégia diante do ajuste econômico e da dependência econômica, inclusive se estendendo aos centros urbanos. “Mesmo depois de se tornarem urbanizadas, as mulheres continuaram a cultivar qualquer pedaço de terra a que tinham acesso, a fim de alimentar a sua família e a manter certo grau de autonomia em relação ao mercado.” (FEDERICI, 2019, p. 289). Além disso, temos visto vários movimentos ligados a agroecologia urbana que busca utilizar dentro do espaço urbano da cidade um meio de produzir alimentos e práticas comunitárias de subsistência. Em 1970, em Nova York surgiu o movimento de hortas urbanas criado por um grupo de mulheres com o objetivo de limpar terrenos baldios, como aponta Federici (2019). Para a autora, “os jardins urbanos abriram caminho para a um processo de “rurbanização” que é indispensável se quisermos retomar o controle da nossa produção de alimentos, regenerar nosso meio ambiente e tomar conta da nossa subsistência.” (FEDERICI, 2019, p. 310)

As mulheres, portanto, são uma resistência muito significativa ao modelo econômico capitalista. Criando formas não capitalistas do uso da terra e lutando pela sua reprodução, elas são responsáveis por alimentar milhares de pessoas, além de frearem a privatização dos recursos naturais, como por exemplo, “a luta de

Cochabamba, na Bolívia, em 2000, quando o povo organizado conseguiu barrar o processo de privatização das águas.” (CRUZ, 2010, p. 46).

De tudo isso, destaca-se a importância do conjunto dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas assumirem uma ampla frente de luta por justiça socioambiental e contra os megaprojetos de desenvolvimento, tanto os que visam privatizar as águas como todos aqueles que pretendem se apropriar dos mais diversos recursos ambientais para torná-los mercadorias. (CRUZ, 2010, p. 49)

Segundo, Silva (2010) formou-se em 1980 o Movimento por Justiça Ambiental, nos Estados Unidos a partir da articulação entre movimento negro e movimento ambiental devido aos conflitos gerados pelas políticas governamentais e empresariais norte-americanas que estimulavam o depósito de dejetos tóxicos em áreas residenciais de maioria negra. Assim, a luta da população negra pelas questões ambientais foi intimamente ligada e a partir daí pôde-se perceber que a degradação ambiental afeta diretamente a população negra e principalmente as mulheres. Assim, como expressa Silva (2010, p. 63) “O racismo ambiental, a partir da ação do Estado e/ou das grandes empresas, é uma realidade que tem de ser enfrentada não só a partir das consequências da crise, mas também da crítica ao modelo de desenvolvimento em curso.”

Nesse sentido, para compreender o racismo ambiental é preciso entender as relações sociais que se impõe colocando homens e mulheres negras em situações precárias de existências. Além disso, entender a relação em que a raça foi inferiorizada, para assim justificar a sua exploração e dominação, é necessário para então ter a dimensão do quanto à população negra é afetada pelas questões ambientais. Silva (2010) expressa que:

É fato que os problemas ambientais atingem majoritariamente os grupos populacionais de maioria negra, mas o racismo ambiental no Brasil precisa ser analisado também a partir do sexismo, uma vez que é sabido que as populações negras, moradoras das periferias das grandes cidades, vivem majoritariamente em famílias sob responsabilidade feminina. Então, é sobre as mulheres negras que recaem os maiores prejuízos da crise ambiental.

Desse modo, a análise de gênero, raça e classe é importante para que consiga estabelecer uma relação entre as questões ambientais e as relações sociais, visto que elas estão imbricadas pelo sistema capitalista e patriarcal que subjuga as diferenças hierarquizando e destruindo seu modo de vida.

3. 3. A violência urbana em uma perspectiva interseccional

O espaço geográfico possui diferentes atores e está sempre em transformação, nesse sentido buscamos entendê-lo. Segundo Santos (2006, p. 39) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Para o autor, os sistemas de objetos e de ações interagem. Os objetos condicionam a forma como se dão as ações e o sistema de ações leva à criação de novos objetos ou atuam em já existentes. Dessa forma o espaço encontra a sua dinâmica e então se transforma. Buscamos compreender essas dinâmicas e transformações que ocorrem no espaço geográfico e assim entender as relações sociais que se desenvolvem nele.

Para Corrêa (2004) o espaço urbano capitalista é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de luta. É Também um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e arquitetados por agentes que produzem e consomem o espaço. Assim, a ação desses agentes é complexa e depende da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem. Os conflitos de classe se dão através dos grupos sociais excluídos como o autor coloca. Eles produzem uma espacialidade através de suas ações no espaço, sendo elas modeladoras dele. Dessa forma, para Corrêa (2004, p. 30), “a produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência.” Os grupos sociais excluídos, portanto, ao serem excluídos do grupo de poder dentro da lógica capitalista, criam meios para sobreviver e resistir ao sistema. Segundo o autor a constituição das “favelas” no Rio de Janeiro é uma expressão desses sujeitos no espaço. Deste modo, o espaço

urbano tão complexo, produz relações desses sujeitos com outros grupos não excluídos dentro do sistema capitalista.

Nesse sentido, para falar sobre a violência urbana, julgo importante compreender a formação do espaço urbano, através da formação da cidade. A raiz da violência é encontrada na constituição dos primeiros passos da formação da cidade. A respeito disso, Lewis Mumford em seu livro “A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas”, analisa o desenvolvimento da cidade e coloca que “não importa quantas ações valiosas a cidade tenha efetivado, também tem ela servido, através de quase toda a sua história, de recipiente de violência organizada e transmissora da guerra.” (MUMFORD, 1998, p. 55). Para este autor, a constituição da cidade passou da proteção para a violência, através da guerra e do uso da força para controlar a população, dentro e fora dos muros da cidade. “A guerra e o domínio, mais que a paz e a cooperação, achavam-se arraigados na estrutura original da cidade antiga.” (MUMFORD, 1998, p. 53). Assim, como o autor expressa, a violência tornou-se normalizada através da constituição da cidade.

A própria existência de uma reserva de força militar, não mais necessária na agricultura, fomentava fantasias de violência sem reservas entre as classes dominantes, tais como temos visto irromper mais de uma vez em nossa própria era, mesmo entre espíritos supostamente racionais, adestrado nas ciências exatas. Cada cidade passou a ser um foco de insolente poder, indiferente àqueles meios humanos de conciliação e intercuro que a cidade, em outro espírito, havia promovido. (MUMFORD, 1998, p. 54)

Dessa maneira, o cerne da violência pode ser encontrado já no início do desenvolvimento da cidade e assim, passando a ser normalizado que a cidade precise utilizar da força e da guerra para controlar e impor sua ordem a população e as demais cidades vizinhas. Além disso, a dominação do homem pelo próprio homem encontra mais potência com o avanço das técnicas e a legitimação da guerra.

O espaço urbano, portanto, a partir do desenvolvimento da cidade, foi construído nessas bases. Se no seu embrião a violência já podia ser vislumbrada e com o tempo naturalizada, cria-se, dessa forma, uma cultura da violência a partir da própria constituição do espaço urbano. As relações sociais presentes e

desenvolvidas nesse espaço são moldadas a partir dele e constituem-no, assim como afirma Corrêa (2004) o produto social sendo resultado de ações acumuladas através do tempo e arquitetados por agentes que produzem e consomem o espaço.

Analisando a violência urbana numa perspectiva interseccional, pensando as diversas formas de opressão de forma relacionada, como o racismo, o capitalismo e o patriarcado, com o objetivo de mostrar como a violência se dá no espaço urbano da cidade pelos seus diferentes atores inseridos nele, pois partindo do princípio que existem grupos excluídos e não excluídos, dominados e não dominados, os mesmo convivem no espaço urbano, mas suas experiências são atravessadas pela interseccionalidade. Portanto, sobre o conceito de interseccionalidade, Kergoat (2010) citando Crenshaw (1994) expressa que:

A interseccionalidade, para retomar a definição de Kimberlé Crenshaw em seu artigo "Mapping the margins", refere-se à "maneira como o posicionamento das mulheres negras, na intersecção de raça e gênero, torna sua experiência concreta da violência conjugal, da violência sexual e das medidas para remediá-las qualitativamente diferente da experiência concreta das mulheres brancas". Trata-se, portanto de apreender a variedade das interações das relações de gênero e de "raça", o mais próximo possível da realidade concreta das mulheres afro-americanas. (CRENSHAW, 1994, pp. 93-118 apud KERGOAT, 2010, 97-98)

Nesse sentido, voltando à análise para a mulher no espaço urbano. Silva (2007) recorre a outras geógrafas feministas como Bondi (1992), Domosh (1996), Rose (1993) e Huxley e Winchester (1991). Para refletir sobre a espacialidade da mulher na perspectiva da análise geográfica. Para Bondi (1992), por exemplo, o planejamento urbano funcionalista e racionalista que dominou o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos. Assim, a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço. (BONDI, 1992 apud SILVA, 2007)

A percepção da análise dos espaços da casa e da rua, o espaço público e o privado, são, portanto, importantes para compreender a relação que os homens e mulheres estabelecem com a cidade. Da mesma forma que esses espaços são

determinados socialmente e construídos para cada papel de gênero. A rua, o espaço público enquanto espaço de afirmação de direitos, é o espaço do homem, o que possui o direito de andar, consumir e vivê-lo sem restrição de gênero e horário. A casa, o espaço privado, é o espaço da mulher, em que ela organiza e se situa. Porém, até mesmo esta análise requer mais atenção. Saffioti e Almeida (1995) argumentam que:

homens cometem violências contra outros homens por distintas razões. Cabe ressaltar, porém, a violência inter-classes sociais, que se manifesta pelo roubo, pelo latrocínio, pelo homicídio puro e simples como ato de vingança contra aquele que possui mais bens, que desfruta de mais alto padrão de vida. Este tipo de violência pode ocorrer quer no espaço reservado às atividades privadas, quer para as públicas. [...] Como os homens, em geral, transitam mais no espaço público do que as mulheres, não só durante dia quanto durante a noite, a violência entre eles acontece, com mais frequência, nas ruas, nos bares, nas boates. A mulher frequenta mais raramente tais locais, em qualquer país do mundo. Na maior parte das cidades do Brasil isto é ainda mais verdadeiro, o que não significa que ela esta isenta de riscos. (SAFFIOTI E ALMEIDA, 1995, p. 32-33)

Portanto, o fato dos homens terem mais acesso ao espaço público não confere a eles proteção contra as próprias violências e as violências ocorridas entre as classes sociais. Além disso, o espaço que seria reservado à mulher, a casa, pode não ser um espaço em que ela se sinta segura e nem que ela de fato faça parte totalmente dele. “A propalada “esfera privada”, que se prefere chamar de espaço intrafamiliar [...] constitui o caldo de cultura propício à rotinização das relações violentas.” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 34-35) Sobre isso, as autoras comentam que:

Se os homens cometem e sofrem violências no espaço público, reinam soberanos no privado, como detentores do monopólio do uso "legítimo" da força física. Com efeito, domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/ estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. E legitima com esta estrutura que a família tem garantido *status quo*, pleno de privilégios para os homens, sobretudo ricos e brancos. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 33)

Nesse sentido, a violência perpassa a rua e encontra na casa, no espaço privado do lar refúgio e legitimidade para atuar. Se na rua pode haver intervenção de outras pessoas ou da presença do Estado com as polícias, dentro de casa a situação é mais complexa para outras pessoas atuarem, visto que a violência é disfarçada e silenciada pelo agressor e pela vítima que naturalizam a violência doméstica.

A divisão do espaço urbano em espaços masculinos e femininos, apontada por Bondi (1992 apud SILVA, 2007) situa bem os espaços de atuação em que homens e mulheres podem estar presentes e também ressalta a supremacia masculina nos espaços públicos. Assim, para Huxley e Winchester (1991) os processos de segregação espacial, além da compreensão da lógica capitalista que os define, relacionam-se com o modelo social patriarcal, visto que muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma feminização da pobreza urbana. Os espaços de constrangimentos, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõe sua ordem e alcançam legitimidade. (HUXLEY; WINCHESTER, 1991 apud SILVA, 2007)

Joseli Maria Silva (2007) citando a proposta de Espaço Paradoxal de Gillian Rose (1993) expressa que:

O espaço paradoxal envolve variadas articulações e dimensões e se constitui em uma interessante construção metodológica na geografia. A mulher não pode ser vista apenas como constituinte de um gênero, mas também, da sexualidade, da raça, da religião e da classe social. (ROSE, 1993 apud SILVA, 2007).

Nesse sentido, além de olhar a desigualdade espacial entre homens e mulheres também é preciso olhar para as desigualdades e espacialidades entre as raças, religiões e classes sociais. Pois estes sujeitos estabelecem relações com o espaço urbano da cidade atravessados por estes fatores, além do seu gênero. Da

mesma forma, a violência analisada se expressa de forma diferente conforme o grupo social observado. Por exemplo, religiões afrodescendentes sofrem perseguição e atos violentos por não cultuarem a fé dominante e institucionalizada. Uma mulher negra de religião afrodescendente pode sofrer uma dupla violência, pela sua cor e pela sua religião. Enfim, os exemplos são inúmeros para expressar que os grupos oprimidos e excluídos do sistema sofrem violências legitimadas pela própria constituição da cidade que foi construída por bases violentas e pelo sistema capitalista e patriarcal que a institui reforçando as desigualdades e favorecendo grupos dominantes. Assim,

a “história dos espaços também envolve a força, tanto física, como simbólica e, portanto, a geografia feminista quer compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de dominação sócio-espaciais.” (SILVA, 2004, p.37).

Da mesma maneira, que Lewis Mumford (1998) compreende a cidade enquanto constitutiva da violência, Joseli Maria Silva através do estudo de Gillian Rose também relaciona o espaço como um espaço de luta pelos grupos opostos.

A autora reivindica uma relação existente entre sujeito e território e argumenta que a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade conquistada historicamente, sempre pela violência, e imaginada e estruturada como uma “fortaleza”, como proteção de si e a exclusão de outros. Nesse sentido, observa-se que há uma universalidade em termos de conquista espacial e esta não deixa de ser uma estratégia subjetiva de tornar invisíveis os outros oprimidos e capturados dentro do território. (ROSE, 1993 apud SILVA, 2004, p.39)

O espaço enquanto relação de disputa de força e de lutas é um espaço de produção da violência. Os grupos oprimidos e excluídos da produção do espaço, através de sua resistência, provocam uma tensão e uma espacialidade. Portanto, a análise do espaço urbano pela relação de gênero, classe e raça é uma alternativa para trazer à luz as opressões e violências que os grupos oprimidos sofrem e dessa maneira situá-los no espaço. Para Saffioti e Almeida (1995):

O gênero constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas. Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nesta ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa. Até mesmo as relações mulher-mulher são normatizadas pela falocracia. E a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente de controle social. Nestes termos, a violência masculina contra a mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina. Disto resulta uma maior facilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque manietta a vítima e dissemina a legitimação social da violência. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 32)

Para as autoras, a violência é constitutiva da ordem falocrática e dessa maneira a violência de gênero é estrutural. O gênero pela desigualdade social e pela hierarquização incrusta a violência. Bem como, as violências de raça/etnia e de classe assim como a de gênero estão no nível “molar”. Assim, “as normas sociais que regulam a convivência de homens e mulheres, de brancos e negros e de ricos e pobres contêm violência. [...] a mera obediência às regras sociais conduz à violência de gênero, de raça/etnia, de classe.” (MONSO; SMIGAY, 1989 apud SAFFIOTI; ALMIDA, 1995, p.30).

Além do mais, as autoras apontam que, em 1993, uma investigação mostrou que “60% dos casais em que a mulher é vítima de violência pertencem às classes médias e altas”. Portanto, os dados dissipariam o mito de que os homens violentos apenas pertencem às camadas pobres. Soma-se a isto o fato de que a maioria dos homens que cometem crimes de violência contra a mulher não são presos, mas apenas uma parcela mínima e, ao contrário do que mostram os dados, as prisões são, em sua maioria de homens pobres quando se trata desse tipo de crime.

As autoras, desse modo, evidenciaram que a violência é institucionalizada pelo Estado que privilegia as classes médias e altas, os homens e brancos, visto que a maioria dos encarceramentos é de pessoas pobres e negras. Portanto, como afirma Roberto Lobato Corrêa (2004), o Estado atua a serviço da classe dominante quando tende a privilegiar os interesses das classes dominantes que estão no poder. Não obstante, como nos lembra Sérgio Adorno (1995) se o crime não é privilégio da população negra, a punição parece sê-lo.

A discriminação socioeconômica é frequentemente associada e reforçada pela discriminação racial e étnica, segundo Adorno (1995, p. 47). O autor expressa que:

Em todos esses estudos, há consenso quanto aos efeitos discriminatórios provocados pelo funcionamento das agências encarregadas de conter a criminalidade: a intimidação policial, as sanções punitivas e a maior severidade no tratamento dispensado àqueles que se encontram sob tutela e guarda nas prisões recaem preferencialmente sobre "os mais jovens, os mais pobres e os mais negros". (ADORNO, 1995, p. 48)

Nesse sentido, a violência urbana é um produto social que encontra nas instituições respaldo para a sua perpetuação ao tratar com diferença homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres. Privilegiando grupos e condenando outros.

No senso comum e no rumor coletivo, o medo diante do crime vem associado frequentemente à construção social do perfil dos prováveis delinquentes. Não é incomum acreditar-se que o crime é determinado biologicamente e que certas "raças" manifestam inclinação preferencial para cometer infrações penais e para elaborar uma "carreira moral" (Goffman, 1961) na delinquência. Em particular, cidadãos negros aparecem no imaginário coletivo como potencialmente criminosos. Reputam-lhes atributos físicos e culturais que os tornam por excelência suspeitos de serem responsáveis pelo crescimento da criminalidade urbana violenta. No Brasil, o substrato dessas crenças repousa em raízes histórico-culturais. (ADORNO, 1995, p. 49-50)

A perpetuação dessas crenças faz com que a violência urbana seja encarada de uma perspectiva voltada a criminalização dos grupos oprimidos e excluídos e não como um produto da relação entre o sistema instituído, suas crenças e a própria produção da cidade, edificada por meio da violência e coerção. E, dessa maneira, a reflexão através da perspectiva interseccional ajuda na desconstrução dessas prerrogativas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme abordado ao longo de todo esse trabalho, o espaço urbano da cidade foi estruturado e as relações de trabalho e de produção da violência fizeram parte da sua consolidação. A apropriação privada do espaço relaciona-se a constituição familiar e de desenvolvimento do Estado que organiza e legitima as ações. Nesse contexto, o papel social da mulher foi moldado a partir da sua relação com a família, com o trabalho e com o espaço urbano de forma a atender o sistema patriarcal capitalista. Surgindo assim a necessidade de compreender a relação que as mulheres adquirem com o espaço urbano da cidade a partir da suas experiências vivenciadas. Deste modo, a reflexão a partir do recorte de gênero, raça e classe foi pensando de modo a absorver as diferentes vivências e relações que se produzem a partir das categorias analisadas.

Pôde-se perceber através da pesquisa bibliográfica que a mulher diferentemente do homem, foi excluída da participação no espaço público da cidade, sendo ela circunscrita a espaços restritos, tais como bairros residenciais, a própria casa e até mesmo aposentos dentro da casa. Sua limitação de atuação foi imposta por mecanismos subjetivos e ao mesmo tempo de coerção e violência, como o casamento dentro do princípio patriarcal apontado por Engels (2017).

Deste modo, a monogamia instituiu o casamento na lógica patriarcal para servir ao repasse de propriedade e do dinheiro. Portanto, a lógica capitalista é que transforma a organização da família para atender seu interesse e assim impõe papéis sociais entre homens e mulheres dentro do ceio familiar. Porém, destacamos, para que não haja dúvidas da questão que, a pesar da instituição do casamento e da monogamia na sociedade ter transformado a relação da mulher na sociedade e na família e ter gerado violência e opressão para as mulheres, concluo que não foram exatamente esses dois componentes que causaram essa transformação, mas sim a lógica do patriarcado e do capitalismo que moldaram tanto o casamento quando a monogamia.

Acreditamos que o casamento monogâmico possa não ser opressor e violento à medida que se desfaz o imaginário machista patriarcal que envolve as relações entre homens e mulheres. Para tanto, o que devemos estar atentos à imposição

patriarcal que ainda constitui muitas famílias e relações, e assim lutar para superá-la e bem como à lógica capitalista que delimita esses papéis sociais aos homens e mulheres, sendo os primeiros os “produtores” desse sistema e as segundas as “reprodutoras” dele. Deste modo, a luta não é contra o casamento e a monogamia enquanto agentes da opressão e violência das mulheres, mas sim o patriarcado que molda ambos.

Outro ponto destacado na pesquisa refere-se ao trabalho e as relações de produção em que as mulheres foram colocadas ao longo do tempo. Sobre esse aspecto, destacamos que a mulher teve seu “valor” produtivo desvalorizado, ou ocultado na história, de modo que seu trabalho fosse inferiorizado e subalternizado. Isso teve como objetivo hierarquizar os salários e as pessoas para que o lucro com sua produção fosse maior, garantindo maior concentração de poder e riqueza no sistema capitalista. Sendo assim, o papel social da mulher serve ao sistema capitalista de forma produtiva e reprodutiva tendo seu trabalho desvalorizado, subalternizado e ainda trabalhando de forma gratuita para ele.

Para tanto foi necessário que o imaginário patriarcal se sobressaísse na sociedade e moldasse os papéis e as subjetividades que colocam todos em seus devidos lugares. É importante lembrar, como aponta Saffioti (1987) que a desvalorização do trabalho feminino gera malefícios para os homens e para todos os membros da família proletarizada fazendo com que o homem precise trabalhar mais para que o sustento da família seja maior, ao passo que se o salário feminino fosse igual ao do homem a renda familiar seria maior. Portanto, o patriarcado nas classes mais baixas é um problema ainda maior para a classe trabalhadora e para as classes mais altas é um benefício, pois reproduz o sistema gerando lucro para a classe patronal.

Concluimos também, que o foco da luta por igualdade não tem que ser necessariamente por salário, mas pela mudança de paradigma que inferioriza as mulheres e seu trabalho, bem como as hierarquias que dividem as próprias mulheres. Pois o fato da mulher de classe média entrar para o mercado de trabalho não gerou ganhos para seu papel social, apenas passou para as mulheres mais pobres o seu fardo, como as empregadas domésticas, sendo elas encarregadas do

“cuidado” do seu lar (trabalho gratuito) e dos lares das “patroas” (trabalho remunerado).

Outra questão é a propriedade privada e a expropriação das famílias da terra ocasionadas pelos cercamentos. Estes ocorreram na Europa e pelas colônias através da colonização, sendo perpetuada essa estratégia de posse da terra por grupos dominantes e bastante úteis ao desfazer os laços de comunidades que havia antes das privatizações. Portanto, a privatização das terras causou uma massa de mulheres despossuídas dos meios produtivos e reprodutivos que foram condenadas ao trabalho doméstico não-remunerado. A expropriação das famílias da terra causou problemas urbanos, pois o fluxo de pessoas expulsas do campo e indo para a cidade aumentou, tornando os centros urbanos um espaço de pessoas, em grande parte mulheres e crianças, que sem terra e sem trabalho precisavam e tinham na cidade uma única oportunidade. De outro modo, a violência nos centros urbanos se relaciona a expropriação e privatização das terras de modo que as mulheres pobres e sem condição de trabalho foram perseguidas e violentadas pelos homens nas cidades devido ao imaginário patriarcal que legitimava o abuso e violência de mulheres que estivessem nos espaços públicos desprotegidas. Esse tipo de violência sexual tem múltiplos aspectos, como apontados anteriormente, que vão do punitivismo, ao puro divertimento masculino, passando pelos sentimentos de frustração e impotência que o capitalismo competitivo gera nos homens. Além disso, a violência entre os homens também tem relação com o aumento de pessoas vivendo nas cidades e principalmente de pessoas que não tinham meios de sobreviver nesses espaços.

Por fim, destaco a relação de classe, gênero e raça que se sucedeu com a chegada do homem branco heterossexual europeu às colônias. Toda uma nova forma de sociabilidade foi transformada e criada a partir da visão machista e preconceituosa dos colonizadores. Houve, portanto, a partir desse momento a construção das minorias, dos grupos excluídos e dominados. Assim, as mulheres foram divididas, além das classes, pela sua cor, bem como os homens. Culturas foram colocadas sob o domínio dos colonizadores tentando transformar e excluir da produção do espaço urbano da cidade. Nesse sentido o trabalho evidenciou o papel do patriarcado e do capitalismo enquanto agentes aprofundadores das

desigualdades e diferenças, inclusive se aproveitando delas para obter mais riqueza e poder.

O último ponto de destaque foi o papel do Estado enquanto agente modelador e organizador da opressão e exploração imposta aos grupos excluídos e bem como um atuante na institucionalização da produção da violência urbana e contra os grupos oprimidos.

Bibliografia

ADORNO, Sergio. *Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo*. Novos Estudos: CEBRAP. São Paulo. N.º 43, novembro 1995 pp. 45-63

CARVALHO, Marcos de. *O que é natureza*. 2ª Ed. V. 243, São Paulo: Editora Brasiliense, 2003, (coleção primeiros passos).

CORRÊA, Roberto. Lobato. *O Espaço Urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. A problemática da água no mundo: desafios para a luta feminista. In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Org.). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 99-119.

DUARTE JÚNIOR, J. F. *O Que é Realidade*. 17ª Ed. v.1, São Paulo: Brasiliense, 2011.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Editora Lafonte, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GUALBERTO, Andrezza Rohem. *Espaço urbano e relações sociais de gênero, pertencimento étnico-raciais e classes sociais: uma análise da situação das empregadas domésticas em condomínios em Campos dos Goytacazes*. Campos dos Goytacazes, 2019. Dissertação (mestrado) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 115-147

HIRATA, Helena. *Gênero, patriarcado, trabalho e classe*. Trabalho Necessário: v. 16, n. 29. São Luiz, 2018

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo*. 1ª Ed. 1981. Plataforma Gueto, 2014. Disponível em: <https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf> Acessado em: 26 Junho 2020.

KERGOAT, Daniele. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP*, nº86. São Paulo Mar. 2010

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. 14ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Tomo II. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987

SAFFIOTI, Heleieth I.B; ALMEIDA, Suely. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Editora Revinter Ltda, 1995

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Gênero e Patriarcado. In: CASTILHO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely. *Marcadas a ferro: Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005. 260p.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SILVA, Carmen. Mulheres e justiça socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Org.). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, v. 8, p. 31-45, 2004.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *Geosul*, v. 22, p. 117-134, 2007.